**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE TRATOU DO PLANO SINASE (SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO) E DAS FORMAS DE ABORDAGENS DA POLÍCIA MILITAR NAS COMUNIDADES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2023, ÀS 17H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Leonardo Müller Minoto)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos!

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pela excelentíssima senhora Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Vanessa da Rosa.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) auxilia em ações de proteção integral dos direitos dos adolescentes e jovens em conflito com a lei. E esta audiência pública tem o objetivo de discutir as formas de abordagem da Polícia Militar nas comunidades socialmente vulneráveis.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos a excelentíssima senhora Deputada da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, professora Vanessa da Rosa; o excelentíssimo senhor Desembargador do Estado de Santa Catarina, João Marcos Buch, neste ato representando o senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargador Altamiro de Oliveira; o senhor Promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, Eder Cristiano Viana, nesse ato representando o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Fábio de Souza Trajano; o senhor Coronel PM e Comandante Regional de Florianópolis, Julival Queiroz de Santana; a senhora coordenadora do Movimento Unidos Pela Igualdade, Rafaela dos Santos Silva; a senhora presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Erli Aparecida Camargo; e a excelentíssima senhora Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Luciane Carminatti. (*Palmas*.)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: do excelentíssimo senhor Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Mauro Ferrandin, neste ato representando a Corregedora-Geral da Justiça, Denise Volpato; do senhor coordenador do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina, André Dalcarobo; do senhor 1º Secretário da mesa coordenadora do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente de Santa Catarina, Erasmo Marchi; da excelentíssima senhora Juíza da Vara da Infância e Juventude do Município de São José, Ana Cristina Borba Alves; da excelentíssima senhora Juíza de Direito, Brigitte Remor de Souza May; da senhora gerente da Proteção Social e Especial de Média Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, Jucélia Oliveira Schneider; da senhora Defensora Pública do Estado de Santa Catarina, Fernanda Aparecida Rocha Silva de Menezes; do senhor Vereador suplente do Município de Florianópolis, Leonel Camasão; do senhor presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rodrigo Sartoti; da senhora presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina, Rita de Cássia Maraschin da Silva; da senhora presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres de Santa Catarina, Rosaura Rodrigues; da senhora conselheira do Conselho Estadual da Juventude, Brenda Neves Rodrigues; da senhora coordenadora de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação, Flávia Althof, neste ato representando o excelentíssimo senhor Secretário Aristides Cimadon; da senhora Covereadora da Mandata Bem Viver do Município de Florianópolis, Mirê Chagas; do senhor diretor da Secretaria-Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rogério Manoel Correa; do senhor presidente da Frente Juventude Vozes da Favela, Moisés Nascimento; do senhor presidente do Centro de Direitos Humanos de Itajaí, Diogo Lopes Costa; da senhora coordenadora do Movimento Negro Unificado do Estado de Santa Catarina, Vanda de Oliveira Gomes Pinedo; da senhora coordenadora da Juventude Ambientalista de Palhoça, Anastácia Rossi; do senhor coordenador da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Leonardo Medeiros Rossi; da senhora diretora de Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras de Ancestralidade, Ingrid Sateré-Mawé; da senhora advogada do Projeto Monitoramento de Direitos Humanos do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Cynthia Maria Pinto da Luz; do senhor secretário da Secretaria de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, Tiago Menezes; do senhor representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina (MST), Manoel Antônio Roque; do senhor cofundador do Movimento Negro Maria Laura, do Município de Joinville, Rhuan Carlos Fernandes; da senhora Assistente Social da Cáritas Brasileira - Regional Santa Catarina, Aline Ogliari, neste ato representando o secretário executivo Felipe Candin; do senhor assessor parlamentar Victor Klauck Beirith, neste ato representando o gabinete do Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito); da senhora assessora parlamentar Luana de Brito,  neste ato representando o gabinete da Vereadora do Município de Florianópolis, Tânia Maria Ramos; da senhora presidente do Conselho Regional de Psicologia, Yara Maria Moreira de Faria Hornke; da senhora Defensora Pública, Júlia Gimenes Pedrollo; da senhora conselheira do Conselho Estadual da População Afrodescendente, Eliane de Araújo Silva; e da senhora coordenadora do Cursinho Popular Inserção, do Município de Joinville, Cássia Sant`Anna.

Neste momento, convidamos a excelentíssima Deputada Estadual Vanessa da Rosa para proceder à abertura oficial da audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma boa-tarde.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Boa tarde a todos e a todas.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes*.)

Estou muito feliz mesmo em ver este auditório lotado, porque as pautas que trataremos hoje são de extrema importância para a nossa sociedade. Esta audiência tem o intuito de tratar, de entender um pouco melhor e de aprimorar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e também as abordagens da Polícia Militar em comunidades socialmente vulneráveis.

Nós sabemos que o Sinase é uma política pública e já está aí há algum tempo. Ele passou pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2006 e foi regularizado pela Lei nº 12.594/2012, portanto já se passaram alguns anos. Nós sabemos que o Sinase é aplicado aqui em Santa Catarina e que nós temos instituições que trabalham a partir dessa política pública, que é para ser reparatória, para ser eficaz e para ajudar a reintegrar alguns adolescentes que cometeram atos infracionais, mas também sabemos que isso aqui em Santa Catarina ainda está muito frágil e que precisa de ajustes, sabemos também que não só em Santa Catarina, como no Brasil, muitos dos atos infracionais cometidos por nossos adolescentes se devem pela ausência do Estado em alguns espaços e em algumas comunidades para alguns grupos específicos. É muito triste quando vemos crianças, jovens e adolescentes alcançarem o Estado sem ser pela escola, sem ser pelo médico e, sim, pelas abordagens policiais. Então nós precisamos refletir sobre isso.

Nós respeitamos muitíssimo o trabalho da PM e a importância dos servidores e das servidoras da Polícia Militar. Não é somente essa a questão, mas é também que quando falamos de abordagens de jovens, há um recorte racial muito específico no Brasil, e são jovens negros e negras que mais morrem na nossa sociedade. Nós temos índices altíssimos que comprovam essas estatísticas: 65% das mortes que acontecem em abordagens policiais acometem jovens negros, desmantelam-se famílias, encerram-se sonhos, e é sobre isso que precisamos conversar. Qual o papel das instituições? Como o Sinase vai funcionar no sentido de realmente reintegrar esses adolescentes? Como nós vamos lidar com a PM que, sim, tem uma importância para a sociedade e tem um papel bem específico? O que a sociedade tem a nos falar, o que as pessoas que estão aqui tem a nos dizer? Porque esse é o objetivo da audiência pública, ouvi-los. E o que nós poderemos propor de medidas eficazes após esta audiência pública?

De antemão adianto que na quinta-feira eu e o caríssimo Desembargador estaremos com o Ministro de Direitos Humanos, o senhor Silvio Almeida, e esperamos tirar daqui propostas para que possamos levar, sim, até o Ministério de Direitos Humanos.

Eu acho que esse é o objetivo, a audiência está aberta, não podemos perder o foco na questão das políticas públicas que precisam alcançar essas comunidades das quais eu citei aqui, porque quando falamos da violência, quando falamos da ausência do Estado, não podemos esquecer que são direitos fundamentais de todo ser humano: educação, saúde e moradia.

Em relação à moradia, tem um dado bem expressivo que eu posso compartilhar com vocês sobre o déficit da diminuição do Orçamento do Estado, quando diz respeito às habitações. No ano passado, em 2022, nós tínhamos um orçamento de R$ 76 milhões destinado às moradias, mas desses R$ 76 milhões, somente R$ 26 milhões foram realizados. Para este ano, que é o ano de 2023, nós teríamos R$ R$ 50 milhões de orçamento destinados à habitação, e desses R$ 50 milhões apenas 1% do Orçamento do Estado foi utilizado para habitação, 1%, ou seja, R$ 536 mil.

Então, se nós não tivermos uma junção e uma garantia de que as pessoas tenham acesso aos direitos que são fundamentais para a sua existência – não estamos falando de nada mais do que direito à saúde, à educação, à alimentação, à moradia –, nós nunca teremos um Estado inclusivo.

O objetivo é esse, ouvirmos a comunidade e ouvirmos as autoridades presentes para que possamos sair daqui com um resultado profícuo, com propostas para que possamos mudar a realidade aqui do nosso Estado de Santa Catarina.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

Nós vamos seguir o ritual de cinco minutos de fala para a mesa e depois abriremos para os participantes inscritos, sendo três minutos para cada participante, prolongando por mais trinta segundos caso necessário. Pedimos que o tempo seja respeitado para que possamos ouvir o maior número de pessoas possível, o.k.?

Passo a palavra ao Desembargador João Marcos Buch.

**O SR. DESEMBARGADOR JOÃO MARCOS BUCH** – Boa tarde a todas e a todos.

Eu procurarei falar até menos que cinco minutos, porque na realidade o objetivo da audiência pública é ouvir a população e as percepções da população, que é a principal interessada.

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Vanessa e na sua pessoa cumprimento todos os presentes, dizendo que para mim é sempre uma honra e um orgulho participar de eventos da Assembleia Legislativa, o Parlamento do Estado de Santa Catarina, que é a Casa da Cidadania por excelência e que tem nos seus componentes representantes dos partidos políticos que representam a população, e é por esse caminho que nós conseguiremos evoluir na nossa cidadania, através dos nossos partidos políticos, através das nossas demandas junto ao Parlamento, especialmente. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Vera Regina Zacca*]

A respeito da audiência pública, nós temos esses dois temas, que seria o Sinase, que envolve a questão dos jovens em conflito com a lei, em especial os jovens vulnerabilizados. E, nesse aspecto, eu penso que Santa Catarina pode mostrar também as coisas que acaba fazendo de bom, mas, especialmente, aprender com o restante do Brasil nesse sistema, que é algo importante e fundamental para a superação da violência. Como agir frente a um adolescente que é responsabilizado ou responde por um ato infracional?

Nós tivemos há pouco o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, foi um relatório muito incisivo, muito duro, envolvendo inclusive a infância e a juventude. E eu penso que podemos usar também esses instrumentos para superar isso, para evoluir na nossa cidadania.

Especialmente sobre o Sinase, eu creio que nós temos uma pessoa aqui altamente especializada, que é a doutora Ana Cristina, Juíza da Infância e Juventude, que tem um renome nacional no que se refere à questão da criança e do adolescente envolvendo também atos infracionais, e acredito que ela eventualmente será uma das primeiras a se manifestar depois da mesa.

Sobre a questão da violência, a abordagem policial, eu creio, Comandante, que talvez a sua situação seja uma das mais difíceis aqui, porque uma audiência pública nesses termos não é para ouvir coisas elogiosas a respeito do nosso trabalho, é para que a população traga as suas angústias, as suas dores e para que nós, realmente, reflitamos e nos unamos, porque se o nosso objetivo é a cidadania, é a superação da violência, nós temos que caminhar juntos. O Estado tem que caminhar junto, o Poder Judiciário precisa caminhar junto, o Legislativo e o Executivo e todos os seus órgãos caminhar juntos – e quando eu digo caminhar juntos, é abrir os olhos e se sensibilizar para as agruras e as dores que essas pessoas, vulnerabilizadas em geral, como a Deputada colocou, populações negras, sofrem no nosso dia a dia.

Nós temos um relatório que foi publicado hoje sobre mortes violentas decorrentes da ação policial contra a juventude na periferia do Estado de Santa Catarina. É um relatório do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz, especialmente de Joinville, com foco em mortes que aconteceram em jovens vulnerabilizados do Mocotó, aqui de Santa Catarina, e eu acho que esse relatório é muito importante. Ele tem algumas diretrizes aqui muito relevantes para que consigamos superar toda essa violência.

Ao Poder Judiciário, obviamente, não cabe o protagonismo. O Poder Judiciário não é gestor, não é legislador, mas cabe a ele ficar na retaguarda da Constituição. E se a nossa Constituição diz que o fundamento da República é a dignidade da pessoa humana e que os direitos fundamentais devem ser respeitados, então cabe exatamente ao Poder Judiciário abrir os olhos, sensibilizar-se, olhar para as suas costas, que é o Morro do Mocotó, e ver o que está acontecendo, tem que subir o morro e entender a realidade dessas pessoas. Eu acredito que o Poder Judiciário tem condições de fazer isso, tem sensibilidade e responsabilidade para com isso e junto com os demais Poderes do Estado, efetivamente caminhar.

Não adianta fazermos uma audiência pública aqui, todo mundo mais ou menos que uma catarse desabafar e amanhã continuar essa dificuldade, esse problema, essa falta de compreensão entre população e talvez instituições – e, Comandante, coloco aqui instituições todo o Estado, não só a Polícia. Nós precisamos abrir os olhos, precisamos dar as mãos, nos compreender e o Poder Judiciário, como serviço público, precisa abrir suas portas e seus olhos e entender sinceramente a realidade da violência que impera nas camadas mais pobres e vulnerabilizadas da nossa população, em especial das populações negras.

Muito obrigado. Eu acho que o nosso objetivo é ouvir. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Eu gostaria de chamar para compor a mesa a advogada do Projeto de Monitoramento de Direitos Humanos do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Cynthia Pinto da Luz.

Passo a palavra para a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Boa tarde, obrigada.

Vanessa, eu quero falar depois, agora eu quero ouvir.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para a coordenadora do Movimento Unidos Pela Igualdade, Rafaela dos Santos Silva.

**A SRA. RAFAELA DOS SANTOS SILVA** – Boa tarde.

Eu sou moradora da comunidade do Morro da Mariquinha. Eu não sei falar muito bem em público, desculpa se eu falar algo errado.

Estou representando familiares privados de liberdade, estou representando a comunidade da Favela do Siri, que teve a perda do nosso jovem Victor, quanto da Mariquinha, com a perda do Gustavo. É uma situação difícil porque eu cuidei desse menino (*fala com emoção*) quando ele era pequeno.

Eu tenho 38 anos e tenho quatro filhos, o de 22 anos é adotado, ele já foi menor infrator, mas através do esporte saiu do crime. Ele é um excelente lutador de jiu-jitsu, faixa roxa, treina todos os dias. Construímos quitinetes lá em casa para ele fazer uma renda e não fazer coisa errada, construímos com o nosso dinheirinho mesmo, minha irmã aposentada e eu beneficiária de Bolsa-Família, sou renda baixa. Eu criei todos os meus filhos trabalhando como autônoma, faxineira e vendendo bolo de pote.

Quando eu era adolescente comecei a trabalhar e o primeiro emprego por estágios do CIEE, mesmo sendo mulher, mas eu também tive a oportunidade de ir para a vida errada e não quis ir. Eu fiz estágio pelo Ensino Médio, eu estudei, eu não tinha nem dinheiro para comprar meu material ou meu uniforme, mas eu recebi de doação, fui para a escola e estudei, não interessa se era novo ou era velho, eu estudei. Eu concluí meu Ensino Médio, mas vários jovens nem isso conseguiram concluir, estão na luta ainda fazendo até supletivo.

Eu tenho um texto aqui para ler. Eu comecei o meu depoimento como mãe dizendo que a gente deveria colocar mais esporte nas comunidades. Eu tenho o meu [filho] de 15 anos, que é jogador de futebol, sem passagem nenhuma como menor infrator, graças a Deus, mas já aconteceu dessas abordagens policiais. Pegarem ele no caminho indo na venda comprar leite que eu pedi, ele estava até de uniforme do Bairro Educador, que é o projeto do qual ele participa, e a abordagem policial foi violenta. Não gostei, eu abri a porta e meu filho estava sendo abordado, ele tinha 14 anos no ano passado e botaram ele na parede, deram chute nas pernas dele para abrir, perguntaram o nome dele. Na hora eu cheguei e falei o nome, mandei sair de cima do meu filho porque ele não tinha feito nada, ele só estava indo na venda e ainda de uniforme. A abordagem foi errada, ele só estava correndo para ir à venda e foi confundido como se fosse um olheiro, alguma coisa.

Os meus outros, um autista de 7 anos, que eu estou numa luta para conseguir o BPC, e o meu pequenininho de 3 anos que eu consegui vagar na creche. Todos eles criados ali na comunidade, tendo a oportunidade tanto para o bem quanto para o mal. Tem o tráfico de drogas? Tem. Mas tem a ala do Bairro Educador oferecendo os cursos, oferecendo esporte. Eu me considero uma mãe vencedora, porque todos eles estão indo para o caminho do bem.

Infelizmente eu perdi esses dois adolescentes. Isso aqui foi uma abordagem policial errada e a gente está falando muito sobre esse texto aqui, das mazelas do sistema socioeducativo, mostrando as fases mais cruéis do Estado com a população e a juventude pobre. As unidades socioeducativas não cumprem o seu papel de ressocialização, pois garantem condições de estruturas insalubres, falta de profissionalização, falta de oportunidade e de acesso a terapias, à cultura e ao esporte. A gente quer mais isso para eles e ao retornar para a comunidade sofrem preconceitos como falta de oportunidade de trabalho a fim de retomarem à condição de normalidade.

Esse meu sobrinho que foi adotado, com 10 anos ele foi recolhido, ele ficou dois anos preso no Socioeducativo e fugiu, onde o Estado deu a guarda dele para mim e em seguida eu consegui, em processo, adotar para o meu nome. Ele fugiu porque lá dentro ele tinha sido maltratado. Em casa, um tapa na bunda que a gente dá no nosso filho o Conselho Tutelar quer tirar o nosso filho de nós, mas lá ele estava sendo maltratado e fugiu, aí não prenderam mais. Em casa a gente conseguiu cuidar dele de outra forma, deu atenção.

Eu peço justiça e mais oportunidade para as comunidades, assim como eu tive no CIEE, com a Fepese, com a Sea, mais vagas de emprego menor aprendiz para os jovens. Quanto mais eles ocuparem a cabeça, menos para o crime eles vão, menos para a vida errada.

Eu agradeço a atenção de todos vocês. O tempo é curto, mas eu consegui falar o máximo que eu pude.

Obrigada. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, Rafaela.

Passo a palavra apara a Cynthia Maria Pinto da Luz, advogada do Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

**A SRA. CYNTHIA MARIA PINTO DA LUZ** – Boa tarde a todos e a todas. Deputada, é um prazer imenso vê-la nesse lugar, ascender esse momento e, principalmente, oportunizar uma audiência tão latente para a comunidade, não só de Floripa, mas também de todo o Estado.

Doutor João Marcos, eu sou obrigada a dizer publicamente que também é um prazer, em virtude de tratarmos aqui de um grande defensor de direitos humanos. Aliás, que hoje faz aniversário (*palmas*). Eu acho que a legitimidade da luta que ele trava há tantos anos merece reconhecimento da gente. Cumprimento o Comandante da Polícia Militar, as Deputadas, o doutor Éder, do Ministério Público, a Bárbara e todos os demais presentes aqui.

Eu represento aqui o Movimento Nacional de Direitos Humanos, sou do Centro de Direitos Humanos de Joinville, acompanhada do psicólogo Nasser Haidar Barbosa, que é o coordenador do Centro de Direitos Humanos, e nós pertencemos ao movimento nacional, onde estamos desenvolvendo o Projeto de Monitoramento da Violência Policial no Estado de Santa Catarina.

Nós vamos protocolar na mesa hoje este relatório que traz uma análise sobre as mortes violentas decorrentes da ação policial contra a juventude na periferia do Estado de Santa Catarina. Isso se trata mais especificamente do Morro do Mocotó, a partir das reportagens feitas no período da pandemia pelas mídias independentes de Santa Catarina. Nós tomamos como base doze jovens negros, pobres, periféricos que morreram na periferia de Santa Catarina, principalmente do Morro do Mocotó. E fomos lá buscar mais ações judiciais e nas ações criminais, nos inquéritos policiais, elementos que nos dessem uma luz sobre como isso é tratado, ou seja, se a morte de um pobre negro periférico é tratada da mesma forma do que a morte de um jovem que tenha posses econômicas e tenha poder político no Estado. E constatamos que é bem diferente. Mais de 90% dos casos foram arquivados de pano, foram mortes com intervenção da Polícia Militar que sobe o morro, que vai atrás do combate às drogas ou justifica esse tipo de operação em virtude da inserção das facções criminosas no Estado e que, a grosso modo, evidentemente, uma parte desses policiais age com uma violência extremada que acaba com a execução sumária de jovens.

É o que acontece nesse relatório. São doze jovens, adentramos as ações penais, aos inquéritos policiais e o que vimos é que há um alto nível de violência, de omissão de socorro nos casos de morte na comunidade, mesmo que a família chame o Samu, por muitas vezes a Polícia Militar impede que o Samu suba o morro e atenda aquele jovem. Vimos que a colheita de provas se torna inservível na medida em que os corpos são removidos, a cena do crime não é preservada e a perícia técnica pouco pode fazer. Vimos que há um abandono total das famílias das vítimas, das testemunhas oculares, dos eventos de intervenção policial nas comunidades. Nesses quatorze casos isso aconteceu, as famílias são intimidadas, não conseguem prestar depoimento com a segurança que necessitam, não conseguem ver o familiar que se torna um réu, apesar de ser um jovem entre 15 anos e 27 anos, não consegue ver no hospital. Há toda uma sorte de violências que essas famílias sofrem, que vai além da execução sumária de um jovem de uma comunidade.

Desses quatorze jovens, apenas um tinha condenação criminal, os demais não tinham. A maioria estava empregada, trabalhando ou fazendo bico, pessoas da comunidade que foram pegas durante aquela abordagem e foram mortas naquela situação. Há ouvidos moucos das autoridades públicas, tanto do Ministério Público quanto do Judiciário, os inquéritos e as ações penais são arquivadas sem a devida investigação e a injustiça é o que prevalece.

O nosso requerimento para esta audiência, Deputada, é que a Comissão de Direitos Humanos e Família da Alesc abra uma CPI para investigar se há excesso, se há abusos da Polícia Militar nas operações da comunidade, com mortes decorrentes de intervenção policial, e também que possamos pedir a reabertura desses processos para que sejam reexaminados. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Siomara G. Videira*]

Eu vou passar aqui para você o ofício para dar o aceite para nós.

(*Procede-se à entrega do relatório e do ofício à Presidente da audiência, Deputada Vanessa da Rosa.*)

Então, concluindo rapidamente, o relatório está disponível no *site* do Centro de Direitos Humanos de Joinville e já está sendo compartilhado por outros meios e outras mídias.

Nós estamos abertos às críticas, abertos àqueles que não concordam conosco, mas aquilo que nós colocamos nesse relatório é baseado em fatos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, Cynthia, por suas ponderações.

Passo a palavra à senhora presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Erli Aparecida Camargo.

**A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO** – Boa tarde a todas e a todos aqui neste espaço tão necessário neste dia. E quero agradecer, em especial, à Deputada Vanessa, que prontamente atendeu o nosso pedido.

Quero contextualizar rapidamente este momento e a presença do Conselho Estadual de Direitos Humanos nesta audiência.

Em menos de dois meses nós fomos instados, como Conselho, a tomar alguma providência, a fazer, a deliberar, a propor algo, qualquer coisa que fosse dentro da questão do Sinase ou da socioeducação em Santa Catarina. E foi então que fomos primeiro para o CEDH e deliberamos por reivindicar uma audiência pública. Na sequência fomos para o Fórum dos Conselhos e nesse Fórum dos Conselhos, devo ressaltar aqui, estão os Conselhos vinculados administrativamente à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – e quero nomear os Conselhos que assinaram, pela primeira vez na história dos Conselhos de Santa Catarina, esse pedido que agora está sendo atendido para tratarmos o tema Sinase: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca); Conselho Estadual da Juventude (Conjuve); Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin); Conselho Estadual do Idoso (CEI); Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes (Cepa); e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Aqui estamos representados e, juntamente com o Conselho Estadual de Direitos Humanos, fizemos a assinatura.

Feito esse contexto de forma muito sucinta, porque a história é mais comprida do que os cinco minutos permitem, Deputada Vanessa, eu quero trazer duas questões.

A primeira é dizer que em 2015, como já foi mencionado, o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo foi aprovado e de 2015 para cá ele continua no papel e agora nas mídias, nos portais, mas não continua na prática, porque ele não está sendo executado da forma como tem que ser. Ele prevê quatro eixos: gestão do atendimento socioeducativo; qualificação do atendimento socioeducativo; participação social, cidadania e autonomia; e o quarto eixo é o fortalecimento do sistema de justiça e segurança pública.

Esses eixos são colocados no Plano, para quem o conhece e para quem não o conhece, é informação básica. Tem o objetivo geral, as metas, as diretrizes, os compromissos, os parceiros e as formas de execução, os encaminhamentos que o próprio Plano prevê para que ele possa ser efetivado, possa ser colocado, digamos, do papel para fora. Então, ele funciona como uma base para o fortalecimento das políticas públicas que existem e que exigem mudanças, adequações ao longo do tempo, como instrumento orientador, e foi pactuado por toda a sociedade com o governo, e quando nós falamos em pactuação, falamos em exercício de atribuições dos Conselhos, notadamente o Cedca, dentre outros.

O Murilo já está me dizendo para parar, mas eu vou terminar porque a ideia é muito importante, um minuto talvez dê.

O encaminhamento que nós propomos neste momento, e se nós sairmos daqui, Deputada Vanessa, com este encaminhamento, já vai nos ajudar bastante, porque se no eixo 1, que é a gestão do atendimento socioeducativo, não está acontecendo adequadamente, então o próprio Plano prevê o encaminhamento que desrespeita a formação de um grupo, de um comitê, de uma comissão de gestão que faça o monitoramento, a avaliação periódica, a revisão dele, porque neste momento, com oito anos, digamos, de vigência, ele continua no papel, a proposta...

**O SR. MURILO SILVA** – Trinta segundos para concluir.

**A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO** – Perfeito. Obrigada, Murilo.

Para que nós possamos sair daqui com essa promessa, porque nós temos aqui representações muito importantes, que é o encaminhamento da formação desse comitê ou comissão, como queiram chamar, porque o nome é o de menos quando temos um propósito considerando todo o trabalho que nós tivemos até agora, de resgatar as dificuldades, de trazer situações gravíssimas que estão sendo colocadas em todos os lugares, no Cedca, no Conselho de Direitos Humanos, inclusive indiretamente no Conselho da Mulher, que também discute esse tema. E quando você vai para outro rumo, você leva em todos os Conselhos que são conexos, porque nenhum dos temas pode ser tratado de forma isolada, ou seja, colocando...

**O SR. MURILO SILVA** – Tempo.

**A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO** – Por último, permita-me, eu tenho que dizer, era o tema central desses nossos pedidos, gente, pelo amor de Deus.

Quando a socioeducação no meio aberto não se comunica com a socioeducação no meio fechado, a esquartejaram literalmente, Coronel. A socioeducação em Santa Catarina, da forma como ela está, não pode continuar, por isso nós precisamos imediatamente nos comprometer e aqui está a sociedade civil, aqui estão os Conselhos pedindo isso, para que seja encaminhado o quanto antes junto ao governo do Estado a fim de que possamos fazer essas duas partes se comunicarem.

Coloco reticências, Murilo, respeitando o nosso combinado, porque realmente você vê que uma audiência exige um espaço bem maior e ela é limitada a meia hora para uma fala tão importante.

Mas nós agradecemos muito, colocamos os três pontos e devolvemos a palavra.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Pois é, minha querida, os temas são extremamente relevantes e nós precisaríamos de uma audiência para cada tema. Essa é uma tentativa de trazermos a pauta e iniciarmos as discussões, necessariamente não quer dizer que nós precisamos concluir, com certeza precisaremos de mais momentos.

Passo a palavra ao senhor Promotor de Justiça, Eder Cristiano Viana.

**O SR. PROMOTOR EDER CRISTIANO VIANA** – Boa noite a todos.

Vou tentar controlar o meu tempo, pois realmente nós falamos demais, ainda mais em temas como este.

Deputada Vanessa da Rosa, eu a cumprimento aqui nesta noite, inclusive pela iniciativa e que veio a tempo, e explico o porquê logo em seguida, cumprimento os demais da mesa e cumprimento a todos que estão aqui.

É interessante também nós ressaltarmos que é bastante importante, porque ainda que Promotores de Justiça, nós lidamos todos os dias nas nossas Comarcas – eu venho da Comarca de Joinville – com a dificuldade exatamente desse diálogo com a sociedade. E estar numa audiência pública em que nós temos a sociedade representada e por meio dos Conselhos, que também são compostos por gente da sociedade civil e dos governos, é fundamental. Então, é importante que nós estejamos aqui para ouvir cada um de vocês.

Em segundo lugar, quando nós falamos e discutimos essas questões relativas ao Plano e às leis que regulamentam o Sinase, nos aspectos que lidam com a atuação da Polícia Militar, e eu diria mais, com a atuação de todos nós, Promotores de Justiça, Juízes, Deputados, enfim, nós estamos tratando basicamente de três considerações preliminares: direitos fundamentais, Constituição e leis. Exatamente quando nós pensamos que temos leis que decorrem de uma Constituição e que preveem todos esses direitos fundamentais, esses instrumentos vão limitar todas as nossas atuações, o respeito a essas leis e o respeito a esses direitos fundamentais vão limitar a atuação do Promotor de Justiça lá na ponta e devem limitar a atuação de todos os cidadãos, dos Juízes, dos Deputados, da Polícia Militar.

Como muito bem disse a Erli, e me desculpe se estou errando o nome, que me antecedeu e que fez um resumo breve, mas muito certeiro do Plano Socioeducativo de Santa Catarina, esse Plano veio depois do Plano Nacional e também estabeleceu parâmetros e eixos de atuação. De fato a Erli tocou num ponto e na hora eu estive aqui pensando: eu tenho só cinco minutos para falar e vou falar do que nessa miríade de coisas que nós temos para dizer e que são realmente fundamentais?

Então, nesse pouco tempo resgatei das Comarcas por onde eu passei, e foram várias, acreditem, umas oito ou nove ao longo do Estado, o que de fato era uma reclamação constante de cada um desses lugares, questões que nós tivemos que trabalhar dentro do possível e algumas continuam não funcionando, mesmo que tenhamos um Plano aprovado desde 2015 e investimento nas políticas públicas socioassistenciais e são elas que cuidam, de fato, do meio aberto e que podem trazer ações, seja na execução das medidas socioeducativas em meio aberto para prevenir práticas, como também para evitar que o jovem que está envolvido nessa prática eventualmente pratique atos mais graves e venha, efetivamente, a ser internado e cumprir medida em meio fechado.

Apoiar as famílias, como disse a Rafaela, é investir nessas políticas públicas. Então, se nós podemos pensar, talvez, em uma melhora que pode surtir algum efeito, é investir, por exemplo, nos nossos Creas ao longo do Estado, trabalhar na regionalização e aumentar o cofinanciamento para que tenhamos equipes de fato comprometidas e capazes de atuar lá na ponta.

Quando conversamos com o adolescente que cumpre o meio aberto e perguntamos como está o cumprimento da medida, se está indo bem ou não, ele nos olha e diz assim: eu vou lá e fico uma hora uma vez no mês. Esse não é o objetivo efetivo das medidas socioeducativas e, às vezes, isso é o que tem sido possível também na ponta, aos Creas, sem um treinamento adequado, sem um investimento adequado, sem equipes adequadas para fazer isso.

E outra coisa que a Erli tocou e que é, de fato, o que acontece, é essa separação estanque entre meio fechado e meio aberto, que não se conversam, não se comunicam e isso também tem uma razão de ser, porque são serviços que funcionam em Pastas diferentes do Estado.

Então, eu acho que são essas discussões que merecem ser levantadas de fato, para que nós possamos ter o cumprimento da lei, seja no âmbito da execução das medidas, seja no âmbito da atuação policial e dos demais agentes públicos.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, Eder, por suas considerações.

Passo a palavra ao Coronel PM Julival Queiroz de Santana, Comandante Regional de Florianópolis.

**O SR. COMANDANTE CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – Inicialmente, boa noite a todos.

Deputada Vanessa, obrigado, a pauta é, de fato, extremamente relevante.

Eu gostaria de, primeiro, deixar claro que de forma geral, não só pela importância da pauta no que diz respeito ao sistema socioeducativo, que merece revisão e atualização constante e melhoria, como também da pauta subsequente que trata de questões como a violência policial, e eu tenho uma discordância técnica nesse sentido, mas para além dessa questão ideológica de entendimento, de concepções singulares, individualizadas, a ideia é compor e falar de forma geral sobre segurança pública e seria bem legal ter os demais entes da segurança pública fazendo parte da mesa.

Agradeço já a presença do pessoal do Deap, da Polícia Penal, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiro, da Guarda Municipal, da Polícia Técnica Científica, se estiverem presentes também.

No mais, quero dizer para vocês que nós estamos abertos a ouvir, sim. A Polícia Militar, como instituição, hoje é reconhecida como a melhor Polícia Militar do País e modelo para a América Latina, e não somos nós que estamos falando isso, são indicadores que vocês próprios, quando eu digo vocês, a sociedade civil, têm nos abalizado nesse sentido, não somos nós que promovemos essa pesquisa, obviamente existe uma neutralidade nesse processo.

No mais, nos colocamos à disposição para ouvir, discutir e também analisar alguns pontos de vista que, em dado momento, como eu falei, são divergentes, mas ainda que não haja unanimidade, nós temos que ter pelo menos um consenso mínimo em algumas coisas e é por isso que nós estamos aqui sentados nesta mesa.

Eu vou fazer uma narrativa bem interessante.

Eu trabalhei muito tempo nas unidades especializadas, no Bope e na Unidade Especial da Força Nacional também, tive a oportunidade de fazer cursos na Espanha e nos Estados Unidos. Conheço várias realidades, operei no Rio de Janeiro um ano e meio e no norte do País também, uma faixa de tempo nesse sentido, e há pouco eu vim do Pará, de um evento preparatório para a COP em 2025 no que diz respeito ao meio ambiente. E observando a questão das vulnerabilidades, observamos que no Brasil, de forma geral, nós temos um padrão normativo de excelência e hoje temos um capital intelectual normativo fantástico, que começa pelas Câmaras Municipais até chegar ao nível federal.

Eu acredito que na questão de concepção normativa e legislativa nós temos boa qualidade no que diz respeito às leis, às políticas, mas acho que nós pecamos muito e temos muita dificuldade, permitam-me as autoridades, não na questão da lei em si, mas, sim, na sua regulamentação, na sua eficácia, na sua aplicabilidade, e aí pega o sistema de uma maneira geral. Quando falamos de sistema, antes de chegar ao sistema criminal, ao sistema de segurança pública, precede o sistema social. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Marivânia Pizzi*]

Eu também tive a oportunidade de ter contato com um pessoal na Colômbia, com projetos incríveis, e em dado momento as pessoas se preocupam muito com a questão de política criminal e de segurança pública, e eu digo que são sempre secundárias. Eu estou sempre engajado às comunidades, conheço os doze projetos do Programa Bairro Educador na cidade, conheço a realidade do Mocotó, Marquinho, em todos os locais eu operei, eu conheço as comunidades, conheço literalmente, não pelo gabinete ou por trás da mesa. E ocorre que nós temos, como eu falei, excelência normativa e a gente peca na questão da sua aplicabilidade, na questão da sua eficácia.

Um autor, Gilberto Dimenstein, ao falar na questão sociológica, dizia que nós temos o cidadão de papel, que é a metáfora dele para dizer o seguinte: que nós temos todos os direitos assegurados na Constituição, nas leis internacionais e nacionais, e por outro lado o cidadão de papel, porque no papel tudo é segurado, porém a realidade fática nega aquilo que o próprio Estado se propõe a garantir e a assegurar. E eu creio que esse é o grande fórum, a discussão e o momento de estarmos abertos e ouvir a comunidade nesse sentido.

Eu vou contar uma narrativa simplória. Eu peguei uma ocorrência bem interessante: tinha um jacaré preso em um bueiro na Trindade e chegou para mim essa história. Um jacaré preso num bueiro, e eu achei interessante essa história. Eu pensei: isso aí deve ser uma coisa simples. Passou um período e veio de novo. Aí a senhora fez o relato e tal. Daí eu pensei: vou lá ver o que está acontecendo. Aí falei com o pessoal da comunidade e tudo mais. E aí fui com os órgãos, determinados órgãos: olha, tem um jacaré no bueiro. Ah, jacaré tem um monte na cidade, tem no Pantanal e em vários locais. Não, mas esse está fora do *locus*, está dentro do bueiro numa situação indigna. E aí ele falou: ah, não tenho tempo para lidar com isso, outro órgão tem um mês e tal. Aí eu me propus a localizar e a resgatar esse jacaré. Eu passei na comunidade e deixei uma série de panfletos com meu telefone, contato, que se alguém visse o jacaré, entrasse em contato comigo. Depois de um mês e meio eu consegui então receber o contato de uma senhora e fiz o mapeamento da área geoprocessada e fui lá fazer o resgate do jacaré. Eu mesmo fiz o resgate. Está até no Instagram, se o pessoal quiser olhar, 1º CRPM da Polícia Militar, vai estar lá.

E por que eu faço essa narrativa? É uma metáfora também. Porque todos os problemas sociais complexos são os jacarés presos no bueiro. Ele existe, o problema está lá, ele é hostil e agressivo, mas alguém tem que lidar com ele. E quando eu falo em alguém lidar com ele, não são só os entes públicos, mas também a sociedade civil organizada nesse sentido. E nós, de comum acordo, como eu falei, se não há uma unanimidade, temos que ter um consenso mínimo para que possamos abordar esse problema social complexo e trazer alternativas viáveis para compor, de alguma forma, que seja equânime e justo dentro de um nível do que podemos e queremos fazer, trazendo excelência no nível de atendimento à sociedade.

No mais, a gente está aqui nessa noite para ouvi-los, né, e a Polícia Militar, além de ouvir, para servir e proteger.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada.

Eu não posso deixar de falar que a audiência está sendo transmitida pelo YouTube, uma audiência grande, e também está sendo apresentada aqui no telão da Assembleia Legislativa.

Passo a palavra para a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, em nome da minha colega Vanessa, Deputada Estadual, a quem parabenizo pela iniciativa; boa tarde a todas as autoridades que já foram devidamente nominadas.

Eu vou falar muito brevemente, porque é um tema que não é novo, é um tema complexo, mas é um tema que precisamos encarar. E, como professora e Deputada Estadual, eu tenho uma leitura de que o maior desafio é quando não se quer enxergar os problemas, porque quando não queremos enxergar a realidade, não atuamos sobre ela, fazemos de conta que não existe, que não é comigo, né?

Então, primeiro é que nós temos uma realidade bem presente, visível, e eu quero dizer para vocês que o meu primeiro trabalho na vida foi na antiga Fucabem – vocês lembram aqui, os de mais idade, o que era a Fucabem. A Fucabem era um espaço onde nós acolhíamos os educandos infratores, os que iam para adoção, os abandonados, ficavam todos no mesmo espaço, mas agora está diferente, né, profissionais da SAP? Já foi um avanço isso, e temos que reconhecer, doutor Eder, Desembargador, Comandante, que houve um avanço do ponto de vista de que o Estado tem que ter políticas públicas adequadas para os seus públicos.

Mas eu também quero dizer que o que mais me angustiava, quando eu atuava com aqueles educandos, eram duas situações. Uma, era que cada vez que eu queria conhecer melhor o sujeito eu ia olhar o seu histórico, que chamávamos de prontuário. E eu terminava de ler o prontuário e dizia o seguinte: qual é a referência positiva que esse sujeito teve na vida? Era sempre essa a minha pergunta, quando a mãe fala aqui. Quantas mães conseguem fazer isso? Quantos pais conseguem fazer isso? Mas aí nós podemos dizer: ah, é uma questão de vontade, de comportamento individual. Nós não somos iguais, nós não somos iguais na cor da pele – e aí eu estou falando como mulher branca, pois se eu fosse mulher negra eu teria outra fala, porque, para mim, mulher branca não bate o mesmo jeito do tratamento que uma mulher negra recebe. Também não somos iguais na renda, a renda também nos diferencia no trato, porque é diferente você tratar alguém da Beira-Mar Norte e alguém do Morro do Mocotó ou não é? É diferente! Não vamos aqui tapar o sol com a peneira. Certo? Também somos diferentes nas oportunidades que os nossos pais e que as gerações tiveram.

Então, é aí que o Estado tem que entrar mais forte ainda, porque o Estado tem que entrar para quem mais precisa. E essa é a briga que temos aqui dentro da Assembleia o tempo inteiro. O Estado tem que estar presente onde mais ele se faz necessário, mas não é à chicotada, é com as oportunidades, porque não são as chicotadas que vão salvar a maioria, o que vai salvar a maioria é evitar que haja o crime, o problema, a infração. E para isso tem que haver investimento, não tem outra forma.

Então, uma coisa para encaminhar já de cara. Nós estamos tratando do Orçamento do ano que vem na Assembleia e se olharmos o Orçamento previsto para a área social, é vergonhoso! É vergonhoso (*palmas*)! Não se faz sistema socioeducativo com migalhas. Aqui o Comandante falou uma coisa que eu quero concordar, qual seja, que tinha que estar na mesa aqui a Secretaria da Assistência Social e todas as Secretarias ligadas à área da segurança pública, porque é precisa olhar para o governo como um ente responsável com políticas públicas.

Está aí o governo federal, com muita grana na cultura, que o Estado tem que saber aproveitar para inclusive isso virar uma política pública de inclusão. Está aí o governo federal com educação integral, colocando R$ 4 bilhões para os Municípios e os Estados aderirem à educação integral. Eu pergunto: onde vai ter educação integral em Santa Catarina? Será que a Secretaria da Educação e os Municípios mapearam as escolas que mais precisam ter educação integral ou aquelas em que é mais fácil ter? São as que mais precisam que têm que ter nesse primeiro momento, até chegarmos num nível em que todas tenham.

Então, eu quero apenas fazer essa reflexão aqui, Vanessa. É um tema que nós temos que encarar e eu não estou aqui para dizer que eu sou contra a PM ou a favor da PM. Gente, esse é um debate muito pequeno, é um debate muito baixo vir aqui e fazer uma fala de quem é contra e de quem é a favor. Eu sou a favor da vida, essa é a questão, e da vida de todo mundo (*palmas*).

E o doutor Eder falou muito bem, o nosso papel aqui, independente da função, é verificar como cada um se coloca para promover caminhos para gerar a vida onde ela não está sendo gerada, onde está acontecendo a morte. Cada um aqui tem uma responsabilidade diferente nessa parte que nos cabe. Então, não é papel aqui falar quem é contra ou quem é a favor, quem é melhor, quem é pior ou quem vai proteger o bandido – eu já saí desse debate que não leva a nada. O que temos que fazer, como adultos? É tratar os problemas como adultos, as causas, as origens e como é que caminhamos para avançar na mudança deste Estado.

Eu estou aqui, Vanessa, e gostaria muito que você continuasse como Deputada, porque nós duas poderíamos fazer muita diferença em várias pautas (*palmas*), mas eu tenho quase que certeza que grande parte do que ficar para encaminhar aqui sou eu que vou ter que dar conta, né? Eu, o Padre Pedro, o Saretta, o Fabiano e o Marquito, certo? Então vocês podem contar com o time, sim, e eu falo em nome deles, porque eu tenho certeza que todos vão abraçar, e tu serás chamada também.

Obrigada. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** - Pois é, Deputada, e não podemos esquecer que estamos num Estado extremamente violento contra as mulheres. Isso vai virando um círculo vicioso. É triste quando observamos que Santa Catarina ocupa a nona posição em número de violências contra as mulheres. É triste percebermos que 65% dessas mulheres que sofrem violência todos os dias são mulheres negras. É muito triste quando falamos da precarização do Ensino Médio e que percebemos que nós temos 11 milhões de jovens que não concluem o Ensino Médio porque precisam trabalhar e ajudar as suas famílias, sendo que desses 11 milhões, 6,9 milhões são jovens negros. Então, há um recorte racial muito pontual nisso tudo.

Essa violência toda tem cor e vem de muito tempo por conta dos quase quatrocentos anos de genocídio pelos quais o nosso país passou. Então, cada vez que tem um grupo de jovens negros, eles sempre são suspeitos, independendo do horário e do local onde estão nas ruas. Isso é racismo, é racismo institucional, é racismo estrutural e precisamos combater (*palmas*).

Como dizia o nosso saudoso Renato Russo, “há tempos são os jovens que adoecem”. E há tempos são os nossos jovens que estão morrendo. E há tempos os jovens negros continuam morrendo, filhos de mães solo, filhos de mães que não têm uma retaguarda, filhos de mães que não têm uma estrutura que possibilite que essas mulheres continuem a sua vida, continuem em seus estudos e que estejam na ocupação formal.

Então nós precisamos, sim, ouvir a sociedade e carecemos muitíssimo de políticas públicas que combatam essas situações. Por isso que precisamos dessa junção de todas as instituições, que precisam funcionar para que essa situação mude, senão não vamos avançar.

Perdão gente, perdão pelo desabafo.

Peço para projetarem o vídeo da Ana Valeska Duarte, representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

(*Procede-se à projeção de vídeo com a manifestação da senhora Ana Valeska Duarte, que justificou a sua ausência e fez uma análise a respeito do tema central da audiência, solicitando que fossem consideradas as recomendações feitas ao governo do Estado pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Palmas.*)

Passo a palavra para o senhor Manoel Antônio Roque, do MST.

**O SR. MANOEL ANTÔNIO ROQUE** – Boa tarde.

Eu sou assentado da reforma agrária há alguns anos, sou agricultor e produzo há muito tempo, mas eu gostaria de relatar alguns acontecimentos.

A gente percebe que o que acontece agora já vem há muito tempo. Na prática existem formas de pensamento diferentes, mas com relação a viver, todo mundo quer viver, todo mundo quer viver dignamente, todo mundo quer ter uma casa para morar, todo mundo quer ter uma terra para plantar, todo mundo quer ter um local para sobreviver, todo pai quer tratar seu filho. E neste país nós temos muitas terras, temos muitos espaços, mas poucos têm muito e muitos têm muito pouco ou nada, morando na rua. [*Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Siomara G. Videira*]

Então, o que aconteceu no último momento em que as pessoas do MST foram lutar na região do planalto norte de Santa Catarina, em Canoinhas, foi muito forte. Mais ou menos 100 pessoas, 120 pessoas foram abordadas por mais ou menos 150 policiais. Não tenho certeza da quantidade, mas dava para ver que eram muitos policiais. Via-se a diferença, um trabalhador, um agricultor trabalhando, fazendo o seu barraco com o seu facãozinho, com a sua pá para cavar o buraco para fazer o seu barraco e os policiais com aquele armamento todo muito forte.

Queira ou não, não é ser contra os policiais, eu acho que a polícia tem um papel fundamental no sentido de proteger o cidadão brasileiro, mas deveria proteger também o cidadão para que ele tenha vida e muita vida, e para ter vida é preciso que haja esse consenso.

Então, eu acho que tem muitos policiais bons, tem muitos que fazem o seu papel, mas tem também, como em qualquer sociedade, aqueles que abusam da autoridade. Então eu acho que temos que nos preocupar com isso, acho que vivemos numa sociedade em que temos que pensar no ser humano, na pessoa humana, no brasileiro, no cidadão, é isso que nós precisamos fazer: com que as pessoas possam viver dignamente. Se a pessoa está lutando por alguma coisa, ela tem uma razão, e é nesse consenso que temos que pensar: Qual é a razão dessa pessoa fazer essa luta?

No caso do planalto norte, eles só queriam pedir para que o Incra mostrasse para eles onde está a terra pública que dizem que tem naquela região, muitas áreas públicas foram tomadas, desde os caboclos naquela faixa da ferrovia, e até hoje não foi feita justiça para aqueles caboclos que perderam suas terras, muitos foram assassinados, mortos naquela região.

Então, essa é uma discussão que temos que fazer para que as pessoas possam viver mais dignamente nesse sentido.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para a Juíza da Vara de Infância e Juventude do Município de São José, Ana Cristina Borba Alves.

**A SRA. JUÍZA ANA CRISTINA BORBA ALVES** – Boa noite a todas as pessoas que estão nesta audiência pública.

Eu quero cumprimentar a Deputada Vanessa por esta iniciativa e quero dizer que nesses três minutos eu não vou ter tempo de falar sobre o Sinase, mas me coloco à disposição, porque eu participei de um fórum, juntamente com o Fórum dos Gestores, que em nível nacional nós produzimos a Lei do Sinase, artigo por artigo ela foi gestada nesses Fóruns, e da parte da gestão do Executivo teve muita gente de Santa Catarina que também contribuiu.

Eu estou há quase dezesseis anos na Vara da Infância e Juventude de São José. E venho aqui fazer um relato, um apelo e uma provocação, Comandante Santana, durante esses quase quinze anos eu presenciei e ouvi muita coisa, muitos relatos e tal, tanto de situações exitosas quanto de situações de muita violência.

Estão aqui também vários agentes socioeducativos, estão aqui as meninas do meio aberto de São José, que são nossos parceiros. Essa luta contra a violência é uma luta cotidiana, a luta de construção da cidadania é uma luta cotidiana. E nessa questão que eu falo que vi muitas situações, eu acho que não só a polícia, mas nós, como Ministério Público, como Juiz, como Defensoria, como equipe técnica, como gestão do sistema, podemos sempre fazer a diferença para o bem ou para o mal.

E como um dos temas falados é o da abordagem policial, eu quero fazer um relato aqui de uma abordagem policial que não foi violenta. Assim que eu cheguei à Comarca ele já não era mais nem adolescente, tinha um mandado de busca que já tinha até prescrito, mas ele disse que compareceu lá, ele já era um jovem, e disse: eu vim aqui porque quero saber quem foi esse policial que me abordou e que mudou a minha vida. Ele sentou comigo, conversou e me deu conselhos.

Então, o que eu estou querendo dizer, a provocação que eu levo, não só paro o senhor, levo para nós, como Judiciário, levo para o Ministério Público, levo para todo mundo que está aqui, é nós pensarmos em fazer a diferença.

E aproveitando que hoje é o Dia Mundial da Gentileza, que a gente pense em fazer essas abordagens de uma forma um pouco mais gentil. Gentileza, delicadeza que venha da gente. Essa frase é do padre Vilson Groh, que já tomei para mim e que eu digo: gue a gente se encharque de humanidade. Eu acho que a gente está precisando se encharcar de humanidade e ter um olhar mais especial, especialmente para essa juventude periférica.

Outro relato que também eu faço - já estou acabando - é que nesses dezesseis anos eu acho que foi para a unidade de internação, ou bateu na minha porta num ato infracional, um ou dois jovens de classe média, o restante da nossa clientela toda é da periferia. Então eu ouço cotidianamente muitos relatos de violência na abordagem policial. É uma questão, uma situação que existe.

**O SR. MURILO SILVA** – Tempo.

**A SRA. JUÍZA ANA CRISTINA BORBA ALVES** – Era isso. Eu só trago essa provocação, que o senhor leve essa história para os policiais, e eu acredito que a gente possa fazer a diferença. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, Juíza.

Pois não, Coronel.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – Olá. Eu não sei se a minha manifestação é agora, no início, ou no final? É no final?

Então fica para o final. Eu vou anotando aqui cada uma das pautas para poder abordar de forma bem pontual. Não vamos fugir de nenhuma delas, é por isso que eu estou aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra à senhora Luzia Cabreiro.

**O SR. MURILO SILVA** – Queria apenas pedir para quem for falar que identifique a entidade que representa e diga seu nome completo, porque esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo.

Obrigado.

**A SRA. LUZIA CABREIRO** – Olá. O meu nome é Luzia Cabreiro, sou advogada popular e milito numa entidade chamada Igentes, que é uma entidade de advogados e advogadas que lutam juntamente com os movimentos sociais de forma *pro bono*.

Eu diria que nós temos duas seguranças públicas aqui, uma para a maioria de vocês, de algumas pessoas aqui dentro, e uma segurança pública para a população de periferia. E isso é sistema de justiça, isso é capitalismo, isso é a sociedade em que a gente vive.

Então, para a população pobre nós vamos ter um modelo de segurança pública. Vocês não fazem ideia – o pessoal aqui, que não está no dia a dia das comunidades – do que é a violência policial, do que é você todo santo dia, como eu estou acompanhando agora no Morro do Mocotó, ter a polícia no seu pé, a polícia na sua comunidade, *drone* toda santa noite, é dia sim, é dia não, é 24 por 48 e de uma polícia violenta, de uma polícia que mata.

Então nós não estamos falando apenas de abordagem policial, estamos falando de morte, de assassinato. É isso que vem acontecendo com as comunidades de periferia. E isso não é algo, assim, que acontece, isso é pensado, isso é pensado. E vocês sabem muito bem, os policiais que estão aqui, que estudam na academia como conter a população pobre. Essa população pobre está confinada, está controlada, porque isso faz parte da forma de pensar a Segurança Pública, e é isso que nós temos que entender.

Nós falamos em política pública, falamos na segurança, eu luto, por exemplo, por uma terceira segurança, que seria a segurança cidadã, uma segurança que respeite os direitos humanos, que respeite a vida de todos, que trate todos de forma igualitária. Mas nós vamos ter isso pelo jeito quando todo mundo tiver recebendo mais ou menos o mesmo salário, porque, enquanto nós tivermos desigualdades, nós vamos ter uma polícia desigual, que vai nos tratar de forma desigual. Nós estamos muito acostumados, e parece que essa Polícia Militar que nós temos nasceu assim e é dessa forma que ela tem que ficar, mas não é, essa polícia é um modelo do golpe militar, essa polícia já devia ter sido alterada. Nós não precisamos de uma Polícia Militar de flagrante, que é o que nós temos, uma polícia que está lá na comunidade vendo se está usando droga ou não está usando droga, se fez isso ou fez aquilo, mas não está lá na classe média, média alta, querendo saber quem está usando droga ou não. E o nosso jovem que está usando pouca droga ou usando droga nenhuma, está sendo assassinado. (*Palmas.*)

Muita gente vai falar ainda, tem muita gente da comunidade aqui que vai dar o seu recado. O meu tempo se esgotou, não é? Era isso. Apenas para nós refletirmos sobre o modelo de polícia que nós queremos, talvez uma Polícia Civil mais forte, uma polícia investigativa mais forte e uma Polícia Militar mais contida, voltada para outro tipo de trabalho que não seja estar dentro das comunidades 24 por 48. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada.

Passo a palavra à senhora Rosaura Rodrigues, presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres de Santa Catarina.

**A SRA. ROSAURA RODRIGUES** – Boa noite.

Eu estou agradecida por esse tema estar aqui, mas ele está aqui há muito tempo. Ele deveria estar aqui, ele está nas nossas mentes, na nossa sociedade e de alguma forma nós precisamos que os entes e os representantes tragam essa pauta aqui para dentro da instituição.

Eu sou a Rosaura e quero agradecer à Deputada Vanessa por acatar todo o clamor dos Conselhos. Eu estou aqui como presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, das mulheres periféricas, negras, indígenas, brancas, de todas as mulheres de Santa Catarina, mas, principalmente, porque estamos falando sobre direitos e o Conselho das Mulheres, os direitos das mulheres estão, sim, dentro de um recorte de gênero, de orientação, de classe e também racial, que faz a separação entre quem tem mais direito e quais mulheres são mais periféricas e com muito mais atravessamentos de violências.

E quando nós colocamos isso para dentro dos Conselhos de Direitos, que é a primeira ação dos Conselhos de Direitos, que não tem verba, que não tem dotação, que são todos voluntários, para estarem juntos e para isso estivemos dentro de um clamor de assinatura em conjunto com os outros Conselhos aqui nominados, para aí sim esta audiência acontecer.

Então, os Conselhos de Direitos e a comunidade estão, sim, se organizando sempre. Não é porque a organização não acontece, é sim porque não tem representação que queira trazer isso para dentro das instituições e que faça como fez agora a advogada popular, que colocou aqui, que disse e apontou as diferenças cruéis, as quais todos nós sabemos, mas não temos coragem de agir conjuntamente.

E sim, eu concordo, a Polícia Militar precisa ser revista sobre quais são as suas atividades de fato. Sim, Coronel, precisamos trabalhar sobre qual é a razão de termos a Polícia Militar e quais são as atribuições corretas e importantes que ela precisa ter. E ela precisa proteger as comunidades, mas para prevenir, e nós precisamos da Polícia Civil porque é ela que vai fazer o desmantelamento de algumas ações que são organizadas para deixar as comunidades reféns, e aí a Polícia Militar entrar com todo o seu arsenal violento, muitas vezes. E é a escuta, é saber por onde caminhar que nós precisamos trabalhar.

E eu quero colocar aqui duas coisas. Uma é que o Comitê precisa agora rever isso que a Erli colocou, o Comitê precisa sair daqui com essa ação para que tenhamos ação e não só lamúria, não só a constatação de que nós temos uma violência diferente acontecendo em cada lugar. Nós precisamos sair daqui com ação, precisamos sair com esse Comitê para rever o Sinase, para rever como é feita a abordagem e trabalhar com a gestão estadual, com todas as políticas públicas que devem estar aqui dentro da sociedade e dentro da gestão das Secretarias, que são muito maiores do que apenas a Segurança Pública, mas inclusive a Segurança Pública, e para trabalhar, então, como vamos abordar a prevenção dos entes, porque precisamos colocar o público e toda a gestão pública e o serviço público dentro das comunidades que mais precisam. Não é o policiamento dentro da beira-mar...

**O SR. MURILO SILVA** – Concluindo.

**A SRA. ROSAURA RODRIGUES** – Nós precisamos estar dentro das comunidades com o Estado. Precisamos de educação integral, como foi colocado aqui pela Deputada, precisamos ter educação integral lá, precisamos ter postos de saúde lá, sou médica de posto de saúde e precisamos ter uma gerência organizada para trabalhar isso com a assistência social. Então, precisamos, mas com uma dotação de menos de 1% para a assistência como se faz política pública?

Precisamos trabalhar no vulnerável mais vulnerável para revertermos a sociedade, e aí sim talvez teremos uma sociedade menos violenta e mais segura para todos e todas e aí conseguirmos trabalhar em conjunto...

**O SR. MURILO SILVA** – Tempo esgotado.

**A SRA. ROSAURA RODRIGUES** – ...revendo essas políticas que não podem estar somente no papel, elas precisam ser trabalhadas em conjunto.

Obrigada e boa noite. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, Rosaura.

Passo a palavra ao Diego Lopes Costa, presidente do Centro de Direitos Humanos de Itajaí.

**O SR. DIEGO LOPES COSTA** – Boa noite a todos.

Agradeço o espaço, Deputada Vanessa, por proporcionar esta audiência e também a todas as autoridades aqui presentes e a todos vocês que estão aqui. [*Transcrição:* *Marivânia Pizzi / Leitura: Camila Letícia de Moraes*]

Eu me chamo Diego, sou presidente do Centro de Direitos Humanos de Itajaí e estou aqui para compartilhar uma experiência que vem ocorrendo nesses últimos meses em Itajaí, que trata sobre a abordagem policial contra a população em situação de rua: um grupo de policiais na semana passada, entre os dias 30 e 31 de outubro realizou uma operação ilegal clandestina, inclusive sem o comando e “escoltou”, entre aspas, ou seja, expulsou as pessoas em situação de rua de Itajaí para Balneário Camboriú. Essas pessoas foram obrigadas a caminhar dezoito quilômetros até o limite com Balneário e ficaram as margens da BR-101. O mais absurdo é que essa operação ilegal ocorreu horas depois da nossa denúncia de casos de agressões, tortura e violência policial nas abordagens com as pessoas em situação de rua. Um dos policiais envolvidos nessa operação ilegal já havia sido condenado por tortura na segunda instância e ainda estava trabalhando e fazendo operações, foi preso preventivamente, e essa prisão ocorre justamente para que as investigações ocorram.

Algo que chama muita atenção é essa brutalidade policial, violência de todo tipo, é uma brutalidade jamais vista e nada justifica essa violência. Esse tipo de abordagem recaí sobretudo aos mais vulneráveis, que no caso é a população em situação de rua.

Eu venho aqui representando o Centro de Direitos Humanos de Itajaí para que dentro desta audiência pública possamos alertar a sociedade catarinense e os policiais envolvidos. O Comandante citou que a Polícia Militar de Santa Catarina é referência no Brasil e na América Latina, mas eu espero que não seja referência a partir de agressões de abordagem truculenta e de violência.

Estou aqui para alertá-los para que essa lógica de guerra que visa a extirpar, a excluir e a eliminar não seja a lógica que opere nas abordagens policiais, porque em último caso é assassinato de pessoas – a gente está falando de morte, como já foi falado aqui. E que seja, então, substituída por preceitos humanitários de justiça social e de afirmação de vida.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** — Passo a palavra ao Rhuan Carlos Fernandes, cofundador do Movimento Negro Maria Laura, de Joinville.

**O SR. RHUAN CARLOS FERNANDES** — Boa noite.

Eu quero primeiro parabenizar a Deputada Vanessa, a quem eu tenho a honra de conhecer e ser praticamente aluno, né, professora? Esse é um espaço bem especial. A Vanessa é um dos quadros de Joinville que temos mais orgulho. Eu também quero paralelizá-la pela coragem viu, Vanessa?

É um tema caro para nós, população negra. E para reforçar o que o MV Bill fala em uma das suas músicas: “O sistema de racismo é muito eficaz, pra eles um preto à menos é melhor que um preto à mais.”*(Sic.)* E se essa é a lógica da prisão e da morte, é isso, porque a gente mata jovens pretos e jovens periféricos a fim de fortalecer um Estado criado historicamente pela escravidão e pela modernidade que encheu os bolsos dos capitalistas dos Estados nacionais a partir do colonialismo na América e na África. É disso que estamos falando. Não há paliativo que a gente vá fazer se não revir de fato, inclusive, a estrutura de Estado, né? É nesse sentido que a gente também precisa descentralizar algumas discussões.

A nossa proposta, como Movimento Negro Maria Laura, de Joinville, é que esta audiência pública perpasse também por todo o Estado. Imagina a situação do caso de Joinville, é um absurdo. Joinville tem 13% da população negra e 70% dos adolescentes e jovens são pessoas negras. Então é necessário a gente falar que a lógica do sistema prisional é o que o Clóvis Moura disse: a lógica da morte é a lógica que a população negra no Brasil nunca teve *status* de cidadania garantida, mesmo que o sangue e suor dessa população tenha sido o que construiu economicamente e historicamente este país. É necessário discutir também que Santa Catarina não é um Estado Europeu, não é a Europa brasileira. (*Palmas*.)

Eu falo para dizer que a população negra de Santa Catarina, em Joinville, principalmente, está aqui antes da colonização germânica, inclusive. E nós estamos construindo este Estado como todos os outros construíram e é necessário que a gente repense sobre a justiça neste país, sobre a prisão, para que nenhum jovem, nenhuma mulher negra, nenhum homem negro volte a ser preso nessa lógica que ganha dinheiro com nossos corpos dia sim e dia não. É desse sistema que a gente está falando e é contra essa lógica de Estado que nos extermina todos os dias que a gente está aqui.

A nossa proposta é um diálogo permanente e ético com essas instituições, que são instituições financiadas pelo nosso trabalho, da população trabalhadora e pelo trabalho de todos nós, brasileiros, ao longo dessa história.

Obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** — Passo a palavra ao Felipe Bezerra, morador da Ocupação Carlos Marighella.

**O SR. FELIPE BEZERRA** — Boa noite a todas e a todos.

Sou morador e coordenador da Ocupação Carlos Marighella.

Eu quero pedir uma licença poética aqui para poder recitar uma parte de uma música, lembrando a vocês, é uma parte de uma música, trilha Sonora do Gueto: “Favela sinistra na madrugada, filha da puta assassino de fardas, se ele te vê, tenta correr, de qualquer forma se protege. Favela sinistra, na madrugada, filha da puta assassino de farda, se ele te vê, tenta correr, se ele sacar, finado é você.” Isso é a realidade de todas as comunidades aqui do Brasil, e quando o Comandante traz aqui dizendo que é referência na América Latina eu fico com pena dessa referência, porque como a camarada Luzia trouxe aqui há pouco tempo que, de fato, existem duas polícias, dois modelos de segurança pública. Lá na Ocupação Carlos Marighella, onde a gente mora, na Palhoça, que os senhores conhecem, quando vocês entram lá, entram com um fuzil na cabeça das nossas criança de 2 anos, 3 anos, então quando a gente fala e recita essa música aqui, a gente podia recitar Racionais para vocês também. O Robocop do Estado, que sorri feito uma hiena, não sente frio, nem dó, nem pena, né?

A gente está tratando uma realidade e percebam que Racionais escreveu isso na década de 1990, e a gente continua com a mesma história que é tantas vezes lida, vista e o sangue nas mãos. Então, à corporação, vamos parar aqui de brincadeira e de conversinha fiada, parar de dizer que a Polícia Militar serve para proteger a gente, porque não serve. A Polícia Militar é o braço armado do Estado, ponto. Ela serve para quê? Para controlar pobre, para controlar preto, né?

Quando a camarada Luzia fala que a gente está confinado, nós estamos confinados, sim, e serve para isso. O traficantezinho de merda que está lá na beira-mar ninguém está indo prender. Helicópterozinho cheio de cocaína todo mundo fecha os olhos e fecha a cara, mas na comunidade, quando um é pego com um baseadinho, é tapa e mãozada na cara, e eu falo isso porque eu levei.

Para continuar, no dia 12 de agosto do ano passado eu levei um tiro no pé em uma manifestação e foi um tiro muito bem dado, bem olhado, e o caso está mofando na Corregedoria, e sabe quanto tempo mais vai ficar lá? Vai ficar mais dez anos, cinquenta anos, sessenta anos. Agora quando é um filho de um branquinho *playboyzinho* da beira-mar que leva um tiro ou acontece qualquer coisa, aí a “branquetude” desta cidade vai fazer passeata pela paz na beira-mar, aí, é bonito demais. (*Palmas*.)

Não é esse tipo de paz que a gente quer, não é?

Falo para a Deputada e para o pessoal que falou aqui, os quais vão se reunir com o Silvio de Almeida, para que debatam com ele contra a privatização do sistema presidiário (*palmas*), é sobre isso que a gente tem que debater.

Agora, de fato, para finalizar mesmo, o camarada diz que nós estamos confinados, mas eu deixo um recado para o Poder Público, nós estamos confinados, mas esse confinamento vai estourar e aí quem vai fazer de fato a nossa segurança somos nós mesmos, por nós mesmos, pelo poder popular. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra ao Leonardo Medeiros, da União de Negros pela Igualdade (Unegro).

**O SR. LEONARDO MEDEIROS** —Eu quero agradecer à Deputada Vanessa e em seu nome agradecer a todas as autoridades e pedir licença em nome de toda a sociedade civil para a Rafaela que está representando a Unidas Pela Igualdade Movimento de Pessoas Privadas de sua Liberdade Contra a Violência Policial.

Em São José, no mês de agosto, nós tivemos dois casos de violência bem sérios contra o socioeducativo. Em um primeiro momento seis crianças foram espancadas, e, em um segundo momento, nove crianças foram espancadas. Eu também quero dizer sobre o caso de Joinville que nosso companheiro acabou de citar, sobre o Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, feito pela nossa ex-perita Bárbara, que está presente e indicou que jovens do socioeducativo foram amarrados e torturados. Foram feitas transferências injustas e todo tipo de insalubridade daquele local – a negação de direito que está sendo feita contra essa juventude. Eu quero lembrar que o nosso Estado é um dos únicos que ainda não tem plano para se criar o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura. A gente precisa criar o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura para ter um mecanismo que de fato fiscalize o socioeducativo, os presídios e a Polícia Militar.

Eu também quero lembrar que de forma cruel e truculenta dois jovens foram mortos nesse último mês aqui na nossa Grande Florianópolis. Primeiro, o Gustavo Brasil, morador da Mariquinha, que foi morto brutalmente pela Polícia Militar sem dizer quem era mãe, quem era o pai, ele simplesmente foi executado na Avenida das Torres. Outro jovem foi o Victor Rafael, que foi brutalmente assassinado na comunidade do Siri, tem vídeos da polícia recolhendo as balas, as cápsulas, a gente também tem um vídeo da mãe querendo pedir socorro para socorrer o filho, e eles não deixaram. Então, como o Comandante vem aqui me dizer que é a melhor polícia que tem, como a melhor polícia que tem mata assim e tira as cápsulas e não deixa a mãe sequer ir socorrer seu próprio filho? Onde é que está escrito no procedimento da Polícia Militar que as famílias não podem fazer o socorro (*palmas*) desses corpos que foram perdidos.

Eu acredito, Comandante, que a gente tem que sair daqui com um encaminhamento para a mesa com a inclusão do caso dos meninos nesse relatório e a com a criação do Comitê de Prevenção e Combate à Tontura, para que, de fato, a sociedade civil se organize e crie o comitê. E lembrando que o debate nacional não é para se criar comitê para ter espaço para milico falar, não. O comitê tem que ser criado para a sociedade fiscalizar, saber os focos de violência, poder atuar e fiscalizar, porque, enquanto eles não deixarem a gente fiscalizar, a polícia vai continuar sendo militar e o poder civil não vai poder de fato apontar essas crueldades e essas mazelas que vêm acontecendo em todos os segmentos da sociedade, em todas as periferias, seja indígena, seja no MST, seja nas comunidades, seja nos quilombolas, e a gente vai continuar se organizando pela desmilitarização da polícia e pela auto-organização da classe trabalhadora. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** — Passo a palavra a coordenadora do Movimento Negro Unificado do Estado de Santa Catarina, Vanda de Oliveira Gomes Pinedo.

**A SRA. VANDA DE OLIVEIRA GOMES PINEDO** —Boa tarde, Vanessa.

Na saudação da Vanessa eu saúdo todos os componentes desta mesa.

A Vanessa é a nossa segunda Deputada negra a assumir a Assembleia Legislativa e precisa ser saudada porque ela está sendo nosso espaço de fala. (*Palmas*.)

Sou militante do Movimento Negro Unificado, aposentada e educadora da Educação Quilombola no Morro da Queimada.

Jorginho, eu quero nossos 14% de volta, tá? Foi roubado os nossos 14% dos aposentados. Então já deixo aqui o recado.

Falando de Jorginho, quero dizer o que esperar de um governo que continua fazendo o que o outro deixou? Roubou os nossos 14%. E se tira 14% daqueles que são aposentados – estou rindo é de raiva, tá? – o que esperar de um governo como políticas sociais, porque não há modificação na polícia se não tiver verba para as políticas sociais. O que esperar de um governo que é o capacho daquele que saiu e que deixou este país na miséria? O que esperar desse seguidor do mal que nós temos governando Santa Catarina? Que não pensa em política social, que não pensa em diversidade. O Movimento Negro Unificado nem vou relatar, de tudo o que [acontece].

Hoje a nossa comunidade nem vem aqui porque é perseguida depois, tá?

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone*: “*Verdade*”)

É perseguida e depois tem retaliação nas comunidades (*palmas*), por isso que o povo não vem para cá falar, certo? É isso o que acontece, a voz do povo é silenciada.

Eu sou educadora do Morro da Queimada, trabalho na Jurema e quem quiser me seguir estou lá de segunda a quinta-feira, está certo? É por isso que o povo não vem, Vanessa, não pensa não que o povo que você chamou deixou de vir, eles não vêm porque têm medo, não vêm porque são perseguidos, não vêm porque depois tem retaliação.

O povo negro está na luta, MNU, eu disse que eu não vou relatar o que acontece com a gente, porque nós estamos aqui fazendo audiências públicas, a primeira audiência pública que o Movimento Negro Unificou e solicitou aqui nesta Assembleia foi o Deputado Vignatti que fez, olha quanto tempo que o Deputado Vignatti não é mais Deputado nesta Casa. Depois do Deputado Vignatti vieram muitas outras audiências públicas versando sobre a violência, sobre o episódio da polícia com a população sobre a questão dos ataques, versando sobre toda essa realidade dessa segurança podre que não nos defende, que nos ataca todos os dias e mata. Não é mais abordagem, é morte, é política de morte, e eu não sei como essa polícia pode ser a melhor polícia do Brasil. A polícia que violenta, que mata (*palmas*), que ataca mulheres – porque eu já fui atacada –, que não vê, que não faz um encaminhamento. Como acreditar nessa polícia? Não, a gente quer uma política do governo do Estado que atenda a necessidade de uma segurança de fato, não de uma segurança fictícia que ataca, mata e violenta. [*Transcrição: Djonathan Costa* / *Leitura*: *Janis Joplin Zerwes Leite*]

Obrigada. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, Vanda.

Passo a palavra à senhora Covereadora da Mandata Bem Viver, do Município de Florianópolis, Mirê Chagas.

**A SRA. MIRÊ CHAGAS** – Salve, gente.

Chamo-me Mirê Chagas, estou como Covereadora no meu mandato coletivo, Mandata Bem Viver.

Eu quero saudar essa mesa potente, com a Rafa, com as Deputadas, com a nossa Deputada Vanessa e agradecer este espaço também. Quero saudar as ocupações aqui presentes, principalmente os rapazes ali da Vila das Palmeiras, o Kojac e o David soldados da Vila das Palmeiras.

A minha fala vai ser muito breve, eu acho que todo mundo já falou, já deu a letra, já deu o papo aqui, é bem importante também e falar depois da Vanda Pinedo é um pouco... estremecer assim que é uma mais velha, então, respeitar também quem vem antes, porque o nosso povo negro se organiza dessa forma.

Eu sou uma mulher negra em movimento, venho das periferias, não sou daqui, sou da zona norte de Porto Alegre, mas nasci numa periferia, fui criada na periferia e a violência policial sempre foi muito extrema dentro das nossas comunidades e nos nossos corpos negros.

Eu sou uma mulher trans e já fui violentada, já levei coronhada da polícia na cabeça, então eu sei muito bem o que é essa dor que a gente carrega na nossa vida, nos nossos corpos, que muitas vezes perpassa por essa violência policial, sim, que assassina, que violenta, que faz diversas mil coisas, que ataca jovens, a nossa juventude quando vai buscar pão na venda e muitas vezes esse jovem pode não voltar para casa. Então, a minha fala vai mais em me solidarizar também com as famílias dos jovens que foram assassinados, executados na favela do Siri, nos morros aqui da nossa Florianópolis também, que acontecem diariamente diversas violências – o mano, que está aqui, também sofreu violência policial ali no Morro do Mocotó esses tempos.

Então, a gente precisa ter um olhar mais sério, com seriedade e também pautar desmilitarização da Polícia, eu acho que as abordagens vêm com caráter de assassinar e violentar os nossos corpos. E a nossa comunidade negra não aguenta mais, a nossa comunidade LGBTQIAPN+ não aguenta mais, a nossa comunidade periférica não aguenta mais.

Quantas mães mais precisam chorar para essa violência policial acabar?

Muito obrigada e estamos juntos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Eu vou pedir para as falas serem um pouco mais concisas para que todos os inscritos tenham voz, se pudermos reduzir as falas para dois minutos eu agradeço.

Passo a palavra ao presidente da Frente Juventude Vozes da Favela, senhor Moisés Nascimento.

**O SR. MOISÉS NASCIMENTO** – Eu vou pedir para que seja depois de mim. (*Ri.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Pedido aceito.

**O SR. MOISÉS NASCIMENTO** – Primeiramente, eu quero cumprimentar a mesa e todos.

Quero parabenizar também a Polícia Militar e a Civil porque no dia 27 de outubro houve uma operação sem nenhum tiro e teve apreensão e bloqueio de R$ 1 bilhão. A operação aconteceu nos Ingleses, fiquei muito admirado com essa operação, porque teve uma eficiência muito grande e não teve violência, isso mostra que usando a inteligência, a gente consegue operar e consegue trabalhar poupando vidas.

Diante disso, quero também deixar aqui registrado, Comandante Santana, a pedido desses policiais que tem histórico de violência dentro dos territórios da comunidade. Esses policiais precisam ser afastados, a gente precisa ter uma política que resguarda esses policiais, porque eu acredito que esses policiais precisam de um acompanhamento psicológico.

Comandante, eu me senti realmente envergonhado pela atuação da polícia na questão da Comcap, eu acho que a polícia tem que ter seu limite de operação, e agora é função da polícia mediar os trabalhadores da Comcap? Não sei, fica aqui a minha reflexão.

Eu quero aproveitar também, porque eu sei que acontece dentro das Corporações, que existe essa opressão dentro das Corporações. Aqui temos presente a Lumen Mülle, que é uma policial trans, que também sofre opressão dentro das Corporações e não é só ela, acredito que muitas e muitos policiais também sofrem opressão dentro do seu pelotão.

Santana, é horrível imaginar que Florianópolis possa ser como Rio de Janeiro, alimentando as milícias, o caos e a morte. Eu não quero de jeito maneira que a nossa Grande Florianópolis esteja associada ao grupo de extermínio dentro dos nossos territórios. Não podemos usar o Rio de Janeiro como um exemplo de eficiência, aquilo lá não é eficiência, é extermínio, ponto.

Quero deixar registrado aqui que eu sou o Moisés, sou da Frente Juventude Vozes da Favela, e seguimos atentos, que hoje, dentro da nossa comunidade, a gente parou de descer as ruas e tacar fogo, queimar as coisas, o nosso diálogo agora é aqui na mesa trazendo as instituições de direito para que, sim, a gente possa dar um fim nesse extermínio ao povo preto.

Encerro a minha fala. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra ao senhor Paulo Rogério Gomes Antunes, morador da comunidade.

**O SR. PAULO ROGÉRIO GOMES ANTUNES** – Boa noite a todos.

Agradeço a mesa.

Queria dizer uma coisa, eu sou morador do Mocotó, com 17 anos fui preso, eu era usuário de maconha, fui preso, peguei cinco anos e oito meses de cadeia, por bom comportamento paguei quatro. E hoje em dia tem um vídeo, eu fui agredido pelos policiais, fui eu e minha esposa, sem necessidade, sem camisa, minha esposa sozinha, cercada com três policiais, levando *spray* na cara, de perto, não tinha nem um metro, era centímetros dentro da boca, quase morreu. Pedi aos policiais para chamar o Samu, e eles simplesmente me falaram para ligar no 190, sendo que eles estavam ali e era para ligar para eles. Eu acho que não tem necessidade.

Eu sou cristão hoje em dia, não devo nada para ninguém, muito menos para a sociedade. Tenho um bom convívio com meus filhos, tenho um bom exemplo para dar para eles e eu creio que meu filho um dia pensou em ser policial, só que esse dia acabou quando ele foi agredido por um policial vindo da escola, trazendo a namoradinha dele, nesse dia acabou com a ilusão de ser policial, simplesmente por isso.

Comandante, eu queria saber o que o senhor pode fazer para quando eu sair daqui não ser forjado, ou ser perseguido ou qualquer outra coisa, sabe? Vou ser até morto. Qual é a segurança que o senhor me dá? Ou dá para minha comunidade, ou dá para as pessoas que são trabalhadoras da minha comunidade? O que o senhor pode me dar? Porque já estou sendo investigado, estou sendo ameaçado de ser forjado, eles falam: Vou forjar ele. Com uma arma não dá.

**O SR. MURILO SILVA** – Tempo.

**O SR. PAULO ROGÉRIO GOMES ANTUNES** – Muito obrigado.

Aqui calo a minha voz e eu só queria saber do Comandante mesmo se ele poderia me responder a isso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para a senhora Ingrid Sateré-Mawé.

**A SRA. INGRID SATERÉ-MAWÉ** – Eu sou a Ingrid Sateré-Mawé, faço parte da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, somos defensoras dos direitos humanos e da natureza.

Quero saudar a Major Lumen, que representa a parte humana e boa da Polícia Militar de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Quero dizer também ao Coronel Santana que eu até pensei que vocês não usavam mais identificação, mas vejo que isso só acontece quando vocês elencam que o pau vai pegar, como dizia com a foto publicada pelo Tático de Santa Catarina no seu Instagram, quando ilegalmente invadiram o território indígena Laklãnõ-Xokleng.

É mentira que a Polícia de Santa Catarina respeita os protocolos, tanto os garantidos na nossa Constituição Federal quanto os internacionais. Nessa ação ilegal da PM, o Ministério Público Federal já está apurando, pois eles deixaram três indígenas feridos, sendo que um ficou com uma bala alojada em seu corpo.

É operação ilegal em Itajaí nos moldes nazistas, voltado às pessoas em situação de rua. É violência bruta nas comunidades periféricas. É violência contra quem comunica, quem educa, quem luta. Pedimos justiça para todos os casos e um fim para tanto derramamento de sangue.

Aproveito para questionar os responsáveis, Governador, Prefeitos, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, sem generalizar, mas até quando ficarão de braços cruzados permitindo que o nosso sangue escorra pelas calçadas?

Desmilitarização da polícia é urgente, para retirar da polícia o seu modo de operação bélico que vem do sistema das forças armadas e assim possuam os mesmos direitos e deveres inerentes ao restante da população.

Coronel Santana, o preconceito torna a PM de Santa Catarina medíocre. Deve ser entendido que somos diferentes um dos outros e o respeito é o equilíbrio dessa relação. E aqui ressalto que a roupa, a linguagem, o endereço, não são fatores determinantes para identificar quem é mocinho ou bandido.

Gustavo Brasil e Vitor Rafael, presentes! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rodrigo Sartoti.

**O SR. RODRIGO SARTOTI** – Boa noite a todas as pessoas.

Deputada Vanessa, é uma grande honra, uma alegria estar em uma audiência pública presidida por vossa excelência.

Meu nome é Rodrigo Sartoti, eu presido a Comissão de Direitos Humanos da OAB de Santa Catarina e venho aqui representando a Seccional Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil. A nossa presidente Cláudia Prudêncio me pediu para que eu estivesse aqui dialogando nesta audiência pública.

Primeiro, eu preciso dizer que a OAB de Santa Catarina respeita muito todas as instituições, muito, este Parlamento, a Polícia, o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, temos muito respeito. Mas também por termos respeito a essas instituições é que a OAB de Santa Catarina não se furta e não se furtará ao seu dever constitucional de defesa da ordem democrática dos direitos humanos. Portanto, sempre que nós encontrarmos, sempre que nós vermos alguma situação em que alguma instituição não esteja cumprindo com o seu dever, com o seu papel legal, nós vamos cobrar das autoridades, nós vamos nos manifestar, nós vamos fazer cobrança.

E aqui é preciso dizer que não se trata de uma questão ideológica, como foi dito antes, mas sim de uma questão legal. Nós não estamos aqui discutindo ideologia quando nós pedimos que a Polícia cumpra o seu papel constitucional. E eu sei muito bem que a Polícia de Santa Catarina tem muitos servidores que são referência, como já foi colocada aqui com a Lumen, que foi minha colega de faculdade, mas é preciso que também se identifiquem aqueles servidores que não cumprem o seu papel, que desrespeitam e que violam os direitos humanos. Portanto, para essas pessoas, para esses servidores, é preciso que se diga, é preciso que se lembre, que a Polícia Militar não pode continuar trabalhando na lógica do inimigo, como se estivesse numa lógica de guerra, a população vulnerável, a população das comunidades aqui de Florianópolis não é inimiga, a Polícia serve para garantir a segurança de todas e todos.

E como foi bem dito aqui, não pode ter diferença de abordagem, seja no Maciço do Morro da Cruz ou em Jurerê Internacional. A polícia precisa cumprir o seu papel de maneira igual.

E concordando aqui com o que a Deputada Luciane falou no início, é preciso de mais políticas públicas, é preciso que este Parlamento e que o Poder Executivo pare de se preocupar tanto com essas bobagens de doutrinação e se preocupem mais com a pauta da educação, com saúde para as comunidades que mais precisam aqui no nosso Estado. É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra ao Vereador Suplente do Município de Florianópolis, Leonel Camasão.

**O SR. LEONEL CAMASÃO** – Primeiramente, boa noite a todas as pessoas.

Boa noite, Vanessa, é um prazer reencontrá-la aqui vinte anos depois, para quem não sabe, eu sou jornalista e no meu primeiro semestre de jornalismo, em Joinville, a Vanessa era uma das minhas professoras. Então, estar aqui hoje é uma emoção. E quero dizer com todas as letras, Vanessa, que você nos representa, muito obrigado por estar aqui. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada.

**O SR. LEONEL CAMASÃO** – Eu ia fazer mais alguns preâmbulos com os meus colegas da mesa, alguns que eu não vejo há muito tempo, como a Cynthia, como o Nasser que está aqui também, mas eu vou tentar ir direto ao ponto.

Nesta imagem (*aponta para imagem*) que está aqui à minha frente com o Vitor Rafael e o Gustavo, nós temos um retrato da violência policial. Nós temos um retrato de um agente do Estado, que é ao mesmo tempo o promotor, o julgador e o executor de uma pena que não existe na lei. Como falou o Comandante Santana, se nós temos direitos no papel que não se executam na prática, nós também temos uma realidade na prática que não está prevista na lei. E essa realidade não vai acabar, infelizmente, nem com o Gustavo nem com Vitor Rafael. Eles não foram os primeiros, e infelizmente eles não vão ser os últimos. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes/ Leitura: Grazielle da Silva*]

E a única forma que eu entendo de a gente impedir esses assassinatos, de acontecerem, não só em Florianópolis, mas em todo o Brasil, ele tem como pilar duas ações que são estruturais, que não tem a ver com as abordagens, Comandante, não tem a ver com o socioeducativo. A Polícia Militar, como nós conhecemos, precisa acabar. (*Palmas*.) Nós não somos contra a existência da polícia. Não há como, neste momento histórico, não haver força policial, mas a Polícia Militar, como nós conhecemos, precisa acabar.

Já vou concluir.

E a segunda medida, que é urgente e necessária, e que tem o potencial de salvar milhares e milhares de vidas, é a total descriminalização do comércio de drogas neste país, (*palmas*) não há outra saída. Quantos jovens mais o Estado brasileiro vai exterminar para justificar uma guerra que não tem como ser vencida? Já perdemos de largada. O consumo de drogas só aumenta ano a ano no nosso país e no mundo, e nada do que as forças de segurança fizeram até aqui foi eficiente para impedir as pessoas de usarem drogas. Então nós precisamos seguir o exemplo de outros países que já vão nessa toada para que a violência contra as nossas comunidades, contra a população preta e periférica termine de uma vez por todas.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para a senhora Janaína Barbosa Rodrigues, do Movimento Bem Viver.

**A SRA. JANAÍNA** **BARBOSA RODRIGUES** – Boa noite a todos, a todas e a “todes”. Gostaria de cumprimentar a mesa.

Sou a Janaína, sou do Movimento Bem Viver e também Vereadora da Mandata. Moro há 16 anos em comunidade desde quando vim para Florianópolis. Já tive minha casa invadida, a porta chutada, arrebentada. Já vi coisa que até o diabo duvida, desculpem o palavrão, mas é verdade.

E eu gostaria de perguntar, porque sempre quando eu vejo a polícia subindo na comunidade e entrando no morro com aquele arsenal todo, eu sempre imagino assim: Nossa! Houve uma denúncia de roubo, houve uma denúncia de estupro. Gente do céu! Mataram alguém ou teve violência doméstica. Infelizmente, não é isso. A gente acha que é, e não é.

Gostaria de perguntar ao Comandante: Quantos registros há dessas infrações na Polícia Militar nas comunidades? Existe isso? É chamada a Polícia Militar para atender a esses casos especificamente?

E assim, gostaria de também dizer que falam tanto na questão do uso de drogas, dessa questão, mas eu vou falar: gente, quem alimenta a venda de drogas, quem consome não é pobre, não é o pessoal que mora na periferia, não é quem mora nas comunidades. Porque quem mora na comunidade mantém esta cidade funcionando. Quem mora na comunidade, trabalha o dia inteiro, leva o filho de manhã para a escola, chega em casa e só quer descansar. Quem mora em comunidade quer paz. Simples, quer chegar na sua comunidade e ter liberdade de ir onde quiser. Porque na comunidade a gente tem deveres, mas só querem que a gente tenha isso e não direitos. A gente exige os nossos direitos. Simples, queremos o nosso direito de ir e vir com liberdade, sem ter medo de ocupar aquele espaço, porque nós mantemos esta cidade funcionando e não temos direito à cidade. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra ao coordenador do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina, André Dalcarobo.

**O SR. ANDRÉ DALCAROBO** – Boa noite a todos.

Eu sou André Dalcarobo, sou coordenador-geral do Centro de Defesa dos Direito da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina, entidade da sociedade civil. Sou conselheiro de Direito do nosso Conselho da Criança e do Adolescente do Estado juntamente com o meu colega, o Erasmo, que também é o 1º secretário do Conselho.

Eu venho aqui hoje porque o tema também proposto foi o Sinase, e eu estou na comissão de medidas socioeducativas lá no Conselho. E eu serei bem breve, como todas as falas aqui, principalmente da minha colega advogada, que quero parabenizar a coragem dela de vir aqui e realmente colocar para fora a realidade. Eu sou advogado criminalista, sei muito bem como é que funcionam as abordagens, não somente aqui no Estado de Santa Catarina, pois atuo em mais de um Estado.

Mas esse não é o tema que eu vim aqui conversar. Eu vim pedir à nobre Deputada, ao Desembargador e a todas as autoridades da mesa, e inclusive ao nosso Comandante, que promovam uma unificação eficaz, e eu trago as palavras do doutor Eder, que é investimento, investimento e vontade, e nós não temos investimento.

E, sinceramente, dentro de medidas socioeducativas, nós temos uma fala que não é só minha, mas é de muitos e, principalmente, do relatório de combate à tortura, que foi feito em Joinville. A primeira coisa que se fala nesse relatório, a primeira recomendação que esse relatório traz ao governo, é que se separe o Dease da SAP. Que se separe essa Secretaria de Assuntos Prisionais. Essa é a primeira atitude que nós devemos tomar, e essa atitude que eu peço a essa mesa, que dê força ao Conselho, que todos que estão aqui também assistam as nossas plenárias mensais do Cedca, deem visualização, se engajem conosco nessa luta, porque a primeira coisa é tirar da ideia. Nós trabalhamos com direitos humanos lá, não trabalhamos com militarização, nem trabalhamos com qualquer outra situação a não ser reeducar. Não se tem punição, se tem reeducação.

São essas as minhas palavras, o tempo é curto.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para o senhor Inácio Paider Barbosa.

**O SR. INÁCIO NASSER PAIDER BARBOSA** –Então, eu vou ser bem breve também.

Eu não queria ter sido a última pessoa do público a falar, porque eu acho que tiveram falas tão mais importantes do que eu posso fazer aqui e eu não queria que, de alguma forma, elas fossem ficando para trás. Então, vou tentar ser muito breve nesse sentido também e não deixar nada para trás.

Eu me chamo Inácio Nasser Paider Barbosa, sou de Joinville, do Centro de Direitos Humanos. Já fui citado algumas vezes aqui, porque participei juntamente com a Bárbara e com a Cynthia dessas inspeções no sistema socioeducativo, que de socioeducativo só tem o nome, e a verdade precisa ser dita. Acho que nós precisamos, ainda que seja precarizar um pouco nosso tempo ter que dividir dois temas tão importantes, nós não podemos esquecer que eles são dimensões de um mesmo fenômeno, e acho que o fenômeno foi nomeado aqui de diferentes formas pelas pessoas, mas esse fenômeno se chama racismo. Esse fenômeno se chama também luta de classes, de alguma maneira, porque nós sabemos que quem está preso é preto, é pobre e os jovens estão presos, os jovens não estão cumprindo uma medida socioeducativa, a verdade é essa. O que nós vimos e o que nós vemos, andando no tal do sistema socioeducativo, é tortura, é violência, é privação de direitos, é privação total de direitos. Não existe equipe técnica para atuar no sistema socioeducativo. Nós entramos na unidade e não encontramos uma psicóloga, uma assistente social, nós encontramos agentes de socioeducação aos montes, exercendo a função de controle, de tortura, de controle do tempo dos corpos e, também foi dito aqui, nós sabemos quais corpos são esses e é importante que se diga isso.

E o reflexo, como isso se explicita, acabou de ser dito, se nós temos o sistema socioeducativo gerido por uma Secretaria que deveria gerenciar segurança pública e não educação, e não seguridade social, como é que podemos ainda discutir isso, sem ficarmos pasmos com o absurdo que é? Pode porque é racismo, pode porque a nossa sociedade é extremamente racista, Santa Catarina é extremamente racista, a nossa polícia é extremamente racista, e essa é a única verdade que foi dita várias vezes aqui e que não pode ser esquecida.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Eu vou passar para as considerações finais da mesa.

Comandante, três minutos, com mais trinta segundos se for preciso.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** –Tranquilo.

Seria até improvável em três minutos eu conseguir responder às pautas de todo mundo que passou falando aí, desde o Movimento Sem Terra até a última fala sobre o sistema socioeducativo, que, de fato, merece revisão e atualização.

De qualquer modo, pessoal, eu vou é frisar de novo, que precedem as políticas de segurança pública e criminais, as políticas sociais, e com isso nós temos um consenso mínimo aqui: investir em saúde, educação, sistema social protetivo, não é isso? Isso precede todo o sistema no qual nós somos envolvidos, de forma direta e indireta, por meio do sistema de segurança pública, e por sua derivação o criminal.

No outro mote, falar um pouquinho também, de forma geral, porque o pessoal tem dito muito da questão da violência, e o pessoal usa tanto isso aí de forma indiscriminada na mídia e, de certo modo, de forma bastante leviana. Porque olha só, nós temos vários conceitos de violência.

(*Manifestação fora do microfone inaudível*.)

Permitam-me falar, eu até agora estava ouvindo.

(*Manifestação fora do microfone inaudível*.)

Calma, só um minuto, permitam-me falar. Eu estou falando da questão do conceito técnico de violência.

Nós temos, então: violência material, violência moral, violência física, temos violência institucional e temos violência estrutural. Mas eu não quero entrar nessa questão acadêmica, porque perderíamos muito tempo só para explicitar a questão das dinâmicas e como se dá a questão das violências. E aí, o que ocorre? Para nós, da Polícia Militar, quando vocês e a comunidade, de certo modo, trazem a violência dentro de um modo mais empírico e simplório, nós não tratamos de violência, porque a violência para nós, quando se fala que nós somos o braço armado do Estado, isso aí morreu lá com o Max Weber no passado. O que nós fazemos é uso, olha só, uso diferenciado, legal e legítimo da força. E para isso o Estado nos autorizou.

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: “Fizeram os moleques comerem terra.”*)

Permitam-me, permitam-me?

Assim fica difícil eu continuar minha fala. Se me permitirem, vocês podem me ouvir um minuto, assim como os ouvi. Eu quero que vocês entendam a concepção apenas.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Pessoal, só um minuto, por favor, para o Coronel fazer as suas considerações.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – Eu não estou aqui polemizando, não quero polemizar, eu quero que vocês entendam a concepção.

Nós trabalhamos com o uso diferencial, legal e legítimo da força, e para isso eu entrei na corporação aos meus 17 anos e estou nela há trinta anos trabalhando, e eu garanto para vocês que durante todo esse período, assim como em qualquer outra organização, pública ou privada, nós vamos ter bons profissionais e maus profissionais.

Eu faço doutorado na UFSC também e, em dado momento...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Permitam-me. Eu estava uma vez conversando com uma colega de aula e ela falou: Santana, tem problema com a Polícia Militar? Sim, assim como tem em qualquer outra empresa, pública ou privada. Eu perguntei de onde ela era, que disse que era de Criciúma e que trabalhava na Cecrisa. É uma grande empresa, então todo mundo da Cecrisa, do chão de fábrica ao topo, é eticamente perfeito? Ela falou que não, porque aí seria a melhor empresa do mundo.

Obviamente que nós, com uma corporação acima de dez mil profissionais, temos problemas e reconhecemos que temos problemas. E por isso eu estou aqui ouvindo os senhores e as senhoras e, como eu falei, nunca fujo de pauta espinhosa, nenhuma delas. E respeito a indignação de cada um dos senhores, porque se passaram por uma experiência e ela foi indevida, nós temos o dever ético, moral e legal, e esse é o nosso princípio, de investigar, apurar e responsabilizar os infratores, e aí não importa para nós.

Quando o cidadão fala em violência e violência policial, eu quero que vocês entendam, nós temos uma pirâmide de escalonamento, que vai da presença policial à verbalização, depois nós temos o controle de contato, nós temos o uso da força não letal – que são as tecnologias não letais, são diversas delas – e a letal. Então nós temos uma dinâmica geral, se a intervenção é não letal, menor potencial ofensivo, a resposta policial é não letal, se a intervenção é letal, a resposta é letal.

Eu não tenho como ficar mostrando, e não gostaria de fazer isso, de expor aqui a imagem dos equipamentos e objetos ilícitos que nós aprendemos nessas duas ocorrências, porque isso seria deprimente para vocês e para os familiares dessas crianças, desses jovens, e nós não estamos aqui para fazer isso, muito pelo contrário.

Bom, eu gostaria de falar também um pouquinho dos programas sociais. Nós temos o Proerd, em que nós formamos mais de um milhão e quinhentas mil crianças na cidade.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Calma.

Nós temos a Rede Catarina...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Pessoal, só um minutinho.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – Nós temos a Rede Catarina de Proteção à Mulher, que foi espelho para o Brasil inteiro, com o botão do pânico. E nós vamos às comunidades carentes atender às mulheres, sim, e nós temos todos os indicadores nesse sentido. Nós temos agora outro programa que se chama Defensor do Lar, para trabalhar justamente o jovem de 12 anos aos 16 anos, para que ele seja o protetor do lar, dentro da sua família e fora dela. Nós temos, aqui na Capital, há mais de cinco anos, eu patrocino esse evento, vocês irão me ver abordando na rua, se chama Força-Tarefa DOA, que é defesa, orientação e apoio à pessoas em situação de rua. E com isso eu não estou dizendo que em dado momento, existindo desvios de qualquer natureza, tais desvios não serão apurados. E aí, nesse sentido...

Já vou finalizar só mais um minutinho.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

Nós temos ainda...

Calma, só um minutinho.

A Segurança Pública é o tripé que envolve o que nós chamamos de ordem pública: salubridade pública, tranquilidade pública e segurança pública. Então, nós fazemos esse tripé todo.

E aí sim também essas questões com a Comcap. Em nenhum momento eu usei de violência contra a Comcap, eu os escoltei ao longo da cidade. Todas as pessoas que trabalham na Comcap eu conheço. Eles trabalham junto conosco na Força-Tarefa DOA, que ajuda as pessoas em situação de rua. E aí vocês podem ir lá e consultá-los e usar o meu nome, inclusive, eu os conheço.

Vamos continuar um pouquinho mais à frente.

Pessoal, no mais, porque o tempo é curto, não é, nós temos aí as agências e trabalhamos com inteligência policial, levantamento de sistemas, os quais vão dar as zonas quentes de criminalidade que são os locais que têm maior incidentes, baseado em inteligência, no que diz respeito ao tráfico de entorpecentes, uso e porte de arma de fogo, munições, explosivos, uma série de coisas. Nós não trabalhamos de forma aleatória, porque não justificaria nós sermos a melhor polícia nos indicadores do país, se nós não tivéssemos inteligência policial, sistemas tecnológicos por trás disso, e uma excelente capacitação técnica e profissional.

Finalizando, eu gostaria de falar para vocês que os desvios de comportamentos existem. Existem, sim, mas todos quando vem, nós temos os canais de denúncias, se quiserem anotar, Defensoria, nós temos as Ouvidorias da Polícia Militar, nós temos a do Estado de Santa Catarina, nós temos o Ministério Público, nós temos a Defensoria Pública e demais entes estatais. E eu desafio a visitarem o meu Comando e eu apresento para vocês todas as denúncias, nenhuma delas passa ilesa, nenhuma delas.

Eu atuo também como Juiz Militar, e em dado momento eu estou lá julgando o nosso policial, porque ele cometeu algum tipo de ilícito ou abuso, ou excesso ao longo da sua carreira.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Coronel, o seu tempo esgotou.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – O.k.

Assim como tem a (*ininteligível*), que também trabalhou comigo, e ela sabe como nós trabalhamos, nós temos o padrão de respeito. (*Discurso interrompido por término do horário estabelecido*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Nós sabemos, Coronel, mas o tempo é curto e é muita coisa para falar. Teremos outras audiências, com certeza o tema não se esgota aqui. Mas nós precisamos continuar.

Passo a palavra para a senhora Cynthia Maria Pinto da Luz.

**A SRA. CYNTHIA MARIA PINTO DA LUZ** – Eu só quero concluir dizendo que a oportunidade foi muito rica e faz a gente questionar e perguntar ao Comandante da PM de Santa Catarina quantos policiais militares foram julgados, punidos e condenados por terem matado pretos, pobres e periféricos? Só isso.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – Só me permita (*falha na gravação*.) Permita-me. Olha só o equívoco do relatório com esse nome: mortes violentas decorrentes da ação policial. Foi a ação policial que matou ou foi a ausência das políticas públicas de... (*falha na gravação.*) [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Vanessa da Rosa)** – Vamos dar prosseguimento.

Eu passo a palavra ao Desembargador João Marcos Buch.

**O SR. DESEMBARGADOR JOÃO MARCOS BUCH** – Eu penso que, para mim, eu tenho essa urgência como essencial. Como foi colocado aqui, é um problema que persiste, mas, dias desses eu fui ao morro da Penitenciária, na Casa da Criança, conversar com o adolescente, e o adolescente me perguntou sobre o comportamento da Polícia, de uma forma receosa, e eu expliquei para ele que a Polícia serve para nos servir, para garantir a nossa integridade, a nossa vida e as nossas liberdades públicas. E isso não é uma pauta ideológica, isso é uma pauta constitucional, né? Então acho que essa audiência é importante para que o Estado ouça essas demandas da população.

Hoje nós iremos para as nossas casas, boa parte irá para casas confortáveis e seguras. E quantos não irão para essas casas confortáveis e seguras? Então nós temos que ter mais audiências dessas, especialmente porque poder de fala já existe, o que não existe é ouvir. Nós não estamos ouvindo a população catarinense e aqui de Florianópolis. Nós temos que ouvir, parar e ouvir, porque algo está acontecendo. Essa fórmula de tratar a segurança pública não está funcionando. Nós estamos tratando segurança pública como Direito Penal, como justiça criminal. Talvez, no futuro tenha que vir aqui uma Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Educação, porque subir no Mocotó sabendo que não tem saúde, que o Samu não consegue subir, que uma pessoa tem que pegar seu pai, que não tem as pernas e levar toda segunda-feira no posto saúde porque lá em cima não tem saúde, é aí que passa a segurança pública, segurança pública é por aí.

Então acho que acaba desaguando na polícia porque ela é demandada e o governo do Estado talvez tenha essa tônica de tentar resolver as questões com a polícia, quando na realidade a polícia tem que proteger todos, indistintamente.

Coloco aqui a ideia de que na realidade esse relatório aqui é muito importante, nós temos que ler (*palmas*) e fazer o encaminhamento. Talvez a Assembleia Legislativa faça esse encaminhamento, e me coloco à disposição. Como eu disse, o Poder Judiciário precisa abrir as suas portas e ouvir a população. Não somos protagonistas das políticas públicas, mas somos garantidores dos direitos fundamentais previstos na Constituição. E, para isso, nós temos que sair dos nossos gabinetes, andar nas ruas e sentir aquilo que o povo sente, está bem?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Eu passo a palavra para o Eder fazer as suas considerações finais.

**O SR. PROMOTOR DE JUSTIÇA EDER CRISTIANO VIANA** – Rapidamente, quero parabenizar novamente pela oportunidade de falar e pela oportunidade de que o povo se manifeste. O que nós tivemos aqui, na verdade, foram reclamações legítimas do povo que está lá e que não recebe políticas públicas, e que de nós, agentes do Estado, às vezes não recebe aquilo que espera.

É exatamente fazendo isso que a gente vai fazer uma mudança de mentalidade. Quando vocês, legitimamente, reclamam e quando olhamos todos os relatórios, e isso não é em Santa Catarina, mas país a fora, seja de violência policial, seja de que o sistema carcerário é segregacionista e demonstra o racismo estrutural, isso são dados concretos, não temos como fugir deles. Não estamos fazendo nenhuma briga entre o bem e o mal, entre esquerda e direita, embora todas essas lutas ideológicas também sejam muito legítimas, mas o fato é que os dados demonstram a falha do Estado em relação a algumas questões.

Então, muito fundamental, se teremos outras, nos chame novamente para discutir. E vou aproveitar, já que nós estamos nessa oportunidade de ouvi-los, para também fazer uma propaganda: no Ministério Público está, e no *site* já está disponível, nas redes sociais também, uma consulta à população do plano geral de atuação do Ministério Público para os próximos anos. E é a oportunidade de ouvi-los e saber quais são os temas mais importantes que a população entende como fundamentais para a atuação do Ministério Público.

Então, é assim que a gente faz, é discutindo aqui e é participando desses demais fóruns.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Eu que agradeço. Agradeço a todos e todas que puderam estar aqui presentes. Peço desculpas se nem todas as falas foram contempladas, é difícil, o tema é muito profundo, os dois temas são muito densos e seria ingenuidade nossa achar que nós esgotaríamos isso em uma audiência pública. Com certeza, teremos muitas outras com mais entidades, com outras Secretarias, porque todas as instituições precisam estar juntas conosco nessa luta. [Fica] a promessa de analisarmos, sim, todas as demandas aqui levantadas.

Foi muito interessante uma proposta que surgiu aqui: de que esse tipo de audiência com essa temática percorra o Estado. Acho importante a gente levar a Assembleia Legislativa para mais espaços, para mais cantos do nosso Estado para que a gente possa analisar as diferentes realidades, as diferentes abordagens, os diferentes problemas e que, juntos, a gente consiga construir, sim, políticas públicas que tornem nosso Estado mais includente, tornem o nosso Estado menos discriminatório, menos racista, menos machista, menos sexista, entre outros adjetivos.

Agora, de fato, uma coisa é comum: precisamos de investimentos, investimentos em políticas socioeducativas, em políticas públicas, em educação e em segurança, entendendo que isso não é gasto. Isso é investimento numa sociedade plural, num projeto de sociedade que seja mais igualitário, que todos e todas tenham direito à sua existência, independente de cor, de raça e de credo. É isso que a gente deseja. Esse é o nosso projeto de sociedade.

Então, gente, muito obrigada a todos.

**A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO** – Deputada Vanessa, acredito que a Rafaela queira fazer as suas considerações finais, e eu também.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para a Rafaela.

**A SRA. RAFAELA DOS SANTOS SILVA** – Eu vim agradecer toda atenção e dizer que o meu filho participou do Proerd e, mesmo assim, ele foi confundido com um olheiro, né? Mas assim, a educação vem de casa, a escola ensina e a gente educa, a gente ensina, a escola educa. Eu queria agradecer e pedir que a gente tenha mais oportunidades nas periferias para colocarem eles para fazer curso e estudar. Mais escolas e menos cadeias. (*Palmas.*)

Eu sou ex-aluna do Lauro Müller, que está fechando, e eu não queria que fechasse aquela escola. É uma escola que foi muito humana, que ajudou pessoas de periferia que não tinham uniforme, que não tinham material. E é uma escola que se extinguiu, foi-se embora. Eu tenho meus filhos todos no Instituto, que é o colégio mais próximo da minha casa, mas pena que Lauro Müller se foi. Eu tenho até grupo dos ex-alunos do Lauro Müller. Queria tanto lutar por aquela escola. Nós vamos tentar.

Queria agradecer a atenção de todos vocês. A emoção, desculpem, porque eu já fui babá do menino, do Gustavo, a mãe dele já se foi, mas chega de violência, chega de abordagem com violência, e ficar confundindo quem não é do crime com pessoas criminosas também, né? Porque é isso que acontece, às vezes, também tem pessoas que vão no lugar do outro.

Mas eu agradeço a atenção. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Passo a palavra para a senhora Erli Aparecida Camargo.

**A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO** – Então, primeiro quero agradecer em nome de todos os Conselhos que chamaram a atenção para esse tema da socioeducação.

E quero dizer que a gente reconhece a importância dessa interlocução, porque, como disse bem, se não me engano, o Moisés, as falas se entrelaçam quando o tema é racismo, quando o tema é sexismo, machismo, entre outros adjetivos desqualificativos.

Quero dizer também, Deputada Vanessa, que aqui nós temos quatro outros temas que precisam ser tratados, e eu vou deixar como sugestão, porque já estão no horizonte da nossa preocupação para audiências públicas separadas: a questão dos povos indígenas; a questão do Pop Rua em si mesmo, toda a violência contra a população em situação de rua, especificamente, o sistema carcerário e a violência no campo.

E dizer também, para concluir, com relação ao tema principal que me trouxe aqui hoje, não que os demais não estejam plenamente de acordo com o que a gente tem debatido dentro dos Conselhos, em especial o Conselhos de Direitos Humanos, porque a socioeducação tem duas vias e o mesmo destino. Ou seja, ou você socioeduca com reais, concretos e formados interessados, que tenham compromisso com a causa da socioeducação, ou você vai transformar, como é o caso dos agentes socioeducativos, em agentes penais, porque é muito grave o que está acontecendo.

Então a gente vem num crescente de denúncias, e aí eu bato a porta do Ministério Público aqui presente para fazer uma provocação, porque acho que está na hora, mais do que na hora, de fazer acontecer um inquérito civil público, uma ação civil pública, qualquer coisa, independente do nome, mas que tenha o caráter de fazer uma apuração, um rastreio de cabo a rabo de como está acontecendo dentro dos Cases e dos Casep, por quê?

**O SR. MURILO SILVA** – Tempo.

**A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO** – Por quê? O Case e o Casep são o depois do meio aberto; e, enquanto esses dois espaços não dialogarem, não vai rolar.

Outra coisa que a gente deixa também é que imediatamente se provoque, sim, um debate amplo para a criação da comissão ou do comitê de gestão da socioeducação. E dentro de outro parâmetro, digamos assim, não menos importante, é a criação do comitê de combate e prevenção à tortura.

Quero dizer que o pedagógico da gestão de socioeducação passa, sim, por formação de socioeducadores, e não pela questão prisional, porque socioeducação não é prisão, socioeducação não é prisão. E que a socioeducação tenha um lugar certo na política pública, porque não é assistência social, e que isso fique muito claro. Socioeducação não é assistência social, e a política da socioeducação tem a ver com direitos humanos, ela é uma política de direitos humanos.

Agradeço a atenção, agradeço a presença de cada um e de cada uma. O espaço aqui é reservado para nós. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Obrigada, querida.

**O SR. DESEMBARGADOR JOÃO MARCOS BUCH** – Só um aditamento aqui sobre as PPPs, privatização dos presídios. A audiência que eu juntamente com a Deputada Vanessa teremos com o Ministro Silvio Almeida nesta semana, eu levarei a pauta contrária à privatização dos presídios. (*Palmas.*) Eu não irei como representante do Poder Judiciário, mas sim como Magistrado componente da Associação Juízas e Juízes para a Democracia, que pertence a um coletivo de desencarceramento e não encarceramento, entendendo que violência se supera com outras áreas e não com o Direito Penal.

Então, lá estaremos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Só complementando a informação do Desembargador, estarei lá com o Ministro Silvio e com a Ministra reivindicando a presença dos dois em Santa Catarina. (*Palmas.*) Santa Catarina precisa, e urgente. O nosso Estado, vocês conhecem bem as características, e a gente precisa do Ministério da Igualdade Racial aqui e a gente precisa do Ministério de Direitos Humanos porque aqui as políticas públicas estão carecendo dessas pessoas, e é isso que nós vamos buscar.

Lino, meu querido, você quer dar um recadinho?

(*O senhor Lino Peres se manifesta fora do microfone: “Não*.”)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Então vai lá, Mirê.

**A SRA. MIRÊ CHAGAS** – Salve, gente! Então, eu só agradecer o espaço para esse informe extremamente importante provocado pelo professor Lino, ex-Vereador. Dia 20 de novembro a gente vai ter a nossa Marcha da Consciência Negra. Nós, do Movimento Negro, trazemos como pauta a desmilitarização da Polícia Militar, lutar contra a privatização dos presídios, a revogação da Lei Antidrogas, de 2006, a demarcação das terras indígenas e quilombolas, muito importante, né? Lutar contra o Marco Temporal, lutar pelo fim do racismo religioso que afeta os nossos terreiros aqui no Estado, na cidade e no Brasil, e lutar pela autodeterminação do povo palestino. Dizer que vamos, também, fazer essa concentração a partir das 15h no Largo da Alfândega. Depois, a partir das 18h, a marcha se desloca da Alfândega, vai para o Mocotó, para o Monte Serrat e encerra na João Pinto. Então, já avisando, estou aproveitando o espaço e avisar também à Polícia Militar que vai acontecer essa marcha e também que o companheiro aqui do Mocotó pediu a resposta, se o Comandante vai dar o retorno para parceiro.

Muito obrigada pelo informe.

**O SR. CORONEL PM JULIVAL QUEIROZ DE SANTANA** – Se me permitirem, lembrando que todos os movimentos sociais da cidade, todos eles, da Marcha para Jesus ao Movimento Pró-Palestina, assim como da Comcap, nós, Polícia Militar, garantimos a segurança do movimento, inclusive nós escoltamos o pessoal da Comcap pela cidade para os locais com alguns detalhes de segurança que dizem respeito, por exemplo: passagens pelas pontes, porque isso não é permissível por uma questão de acidentes ou de quedas, etc. Mas nós fazemos isso faz muito tempo, não só este ano, mas em vários anos subsequentes.

E no que diz respeito às pessoas que aqui estão, inclusive as que estão fazendo manifestação, fiquem todas elas tranquilas. Porque, como eu falei para vocês, eu sou o Comandante Regional, o nosso Comandante-Geral está em viagem, e nós temos a preocupação de trabalhar com a entidade. Em todos esses casos que vocês levantaram aqui, todos eles, e eu afirmo: em todos esses casos nós apuramos com rigor dentro da instituição, nós excluímos policiais dentro da instituição e eles respondem criminalmente fora da instituição. E aí você pode perguntar, senhor Paulo, fique tranquilo que eu lhe asseguro.

E no mais, a única pergunta que eu faria para o senhor: Se em dado momento aconteceu esse fato, por exemplo, pessoal, todos os fatos que não são registrados para nós, por exemplo, não temos como apurar se não chega ao nosso conhecimento. “Ah, mas uma patrulha às 3 horas da manhã foi lá e fez alguma coisa abusiva”, hipoteticamente, considerando algo nesse sentido. Tem que ser feito o registro, por isso que existem as ouvidorias, porque se o cidadão não faz notificação gera uma subnotificação. A subnotificação não gera indicador para nós e não chega para o nosso conhecimento. Então não temos como apurar aquilo que desconhecemos em nível institucional, por isso pedimos para que toda a sociedade faça todos esses registros, *o.k.*? Então, é essa a situação.

Obrigado.

(*Manifestação fora do microfone. Ininteligível.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputado Estadual Vanessa da Rosa)** – Pessoal, agradeço a presença de todos, de todas, de toda a mesa e das autoridades, e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Ana Rita Moriconi*]

**DEPUTADA ESTADUAL VANESSA DA ROSA**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**